

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Relatório de Administração 2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)



Empresa de Pesquisa Energética

Relatório de Administração 2014

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Maurício Tiomno Tolmasquim

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Amílcar Guerreiro

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

José Carlos de Miranda Farias

Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Maurício Tiomno Tolmasquim

Diretor de Gestão Corporativa

Álvaro Henrique Matias Pereira

Relatório de Administração 2014

Escritório Central

Av. Rio Branco, n.º 01 – 11º Andar
20090-003 - Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro
Março de 2015

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	7
Orientações Estratégicas.....	8
A Organização	8
<i>Estrutura Organizacional.....</i>	8
<i>Missão Institucional</i>	8
<i>Visão</i>	8
<i>Valores.....</i>	8
Atividades Operacionais.....	10
Balanco Energético Nacional 2014 – ano base 2013	10
Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2014 – ano base 2013	10
Estudos de Cenários Econômicos Energéticos – Horizonte Decenal	10
Plano Decenal de Expansão de Energia	11
Estudos de Apoio aos Leilões de Contratação de Energia.....	11
<i>Análise dos Projetos</i>	11
<i>Estudos Energéticos</i>	14
<i>Estudos Elétricos.....</i>	14
Plano de Expansão de Transmissão.....	15
Estudos de Atendimento a Sistemas Isolados	16
Monitoramento, Acompanhamento e Análise de Mercado de Energia.....	17
<i>Resenhas mensais do acompanhamento do mercado de energia elétrica.....</i>	17
<i>Boletim de Conjuntura Energética.....</i>	17
<i>Revisões quadrimestrais da demanda de energia elétrica</i>	18
Base de dados anemométricos e climatológicos (Sistemas AMA)	18
Plano Nacional de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT	19
Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.....	19
Análise de Conjuntura de Biocombustíveis	20
Evolução dos Custos do Etanol	20
Estudos sobre a capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar no Brasil.....	20
Estudos sobre o consumo específico dos veículos leves e motocicletas	20
Estudo sobre a Evolução dos Preços da Gasolina C e do Etanol Hidratado.....	20
Estudos sobre a Geopolítica do Petróleo	21
Estudos sobre a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis	21
Plano Nacional de Energia 2050.....	21
Estudos de Recursos Energéticos.....	22

<i>Estudos para Aproveitamento Energético da Palha de Cana-de-Açúcar</i>	22
<i>Inserção da Geração Fotovoltaica Distribuída no Brasil: Condicionantes e Impactos</i>	22
Estudos de Inventários e Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico-Econômica UHE22	
<i>Estudos de pré-inventário da bacia do rio Negro</i>	22
<i>Estudos de inventário da bacia do rio Trombetas</i>	22
<i>Estudo de viabilidade da UHE Castanheira</i>	23
<i>Estudo de viabilidade da UHE Bem Querer</i>	23
Outros Estudos de Suporte ao Planejamento Energético	25
<i>Estudo para aferir a capacidade de suporte da bacia aérea da região de Candiota/RS....</i>	25
Ações institucionais.....	28
Projeto EPE - IBGE: Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa	28
Projeto META	28
Acordo de Cooperação Técnica com Alemanha	29
Contexto corporativo.....	30
Gestão Corporativa	30
Gestão Financeira.....	34
<i>Execução Orçamentária</i>	Erro! Indicador não definido.
<i>Demonstrações Financeiras</i>	34
<i>Auditoria Interna</i>	53
Assuntos Jurídicos.....	57
Expectativas para 2015.....	58

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2014, momento que a Empresa de Pesquisa Energética – EPE – completa 10 anos de criação e consolida sua participação como ente público junto aos agentes de mercado, como instituição eminentemente técnica, que cumpre um papel fundamental no planejamento do setor energético.

Com satisfação apresento, por meio deste Relatório de Administração de 2014, de forma objetiva e resumida, as principais informações e realizações da instituição no ano passado.

No contexto operacional, durante 2014 foram concluídas 12 metas relativas a 11 Projetos do Planejamento Estratégico, dentre as quais: o envio da minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2023, o envio do primeiro e segundo relatórios do Programa de Expansão de Transmissão (PET), a divulgação do Anuário Estatístico de Energia Elétrica, do Balanço Energético Nacional e da Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis.

No decorrer de 2014, assim como em 2013, a EPE foi fortemente impactada pelo volume de atividades relacionadas à análise de projetos e emissão de habilitação técnica para os empreendimentos de geração de energia elétrica que se cadastraram para o leilão de reserva; leilão A-3; leilão A e leilão A-1 e pelo leilão A-5. Foram 2.730 projetos que se cadastraram, com 1.034 projetos inscritos para o leilão de reserva e 1.116 projetos para o leilão A-5. Destaca-se a análise de 400 projetos de fonte solar fotovoltaica para o leilão de reserva que resultou na contratação de cerca de 900 MW dessa fonte de energia.

Com relação aos Estudos de Inventários e Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico-Econômica UHE, inseridos no PAC, em 2014, destaco a conclusão do Diagnóstico Socioambiental e dos Usos Múltiplos da Água da bacia do rio Negro, o início dos Estudos Socioambientais para inventário hidroelétrico da bacia do rio Trombetas, continuidade dos serviços de engenharia dos estudos de viabilidade e início do estudos de impacto ambiental da UHE Castanheira, continuidade à realização dos estudos de engenharia relativos ao EVTE da UHE Bem Querer e o início dos estudos de viabilidade da UHE Prainha.

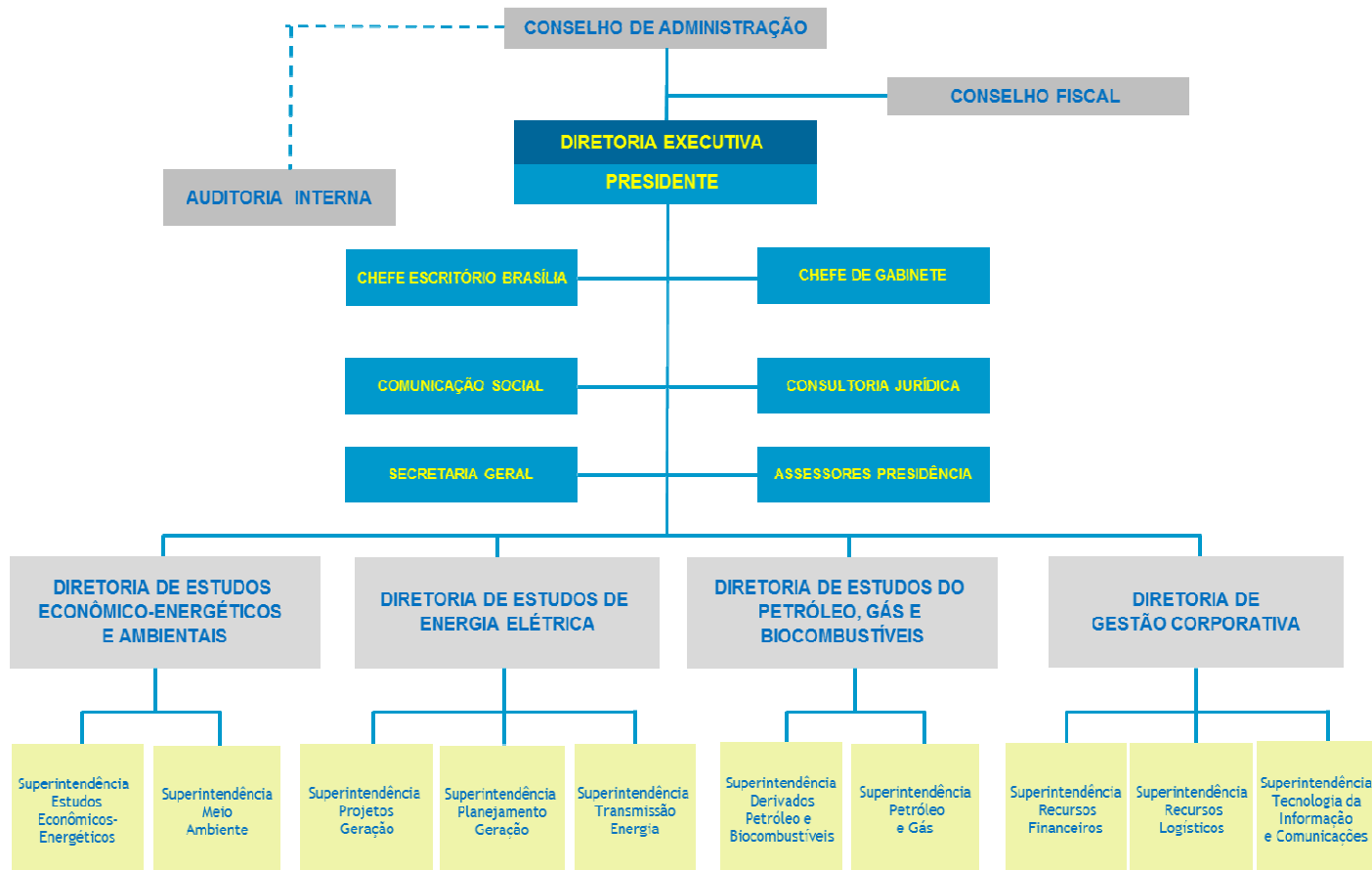
Em 2014, a execução e monitoramento do Planejamento Estratégico revelou uma resposta bastante positiva da EPE, especialmente àquelas atividades relacionadas aos leilões de aquisição e de transmissão de energia elétrica, que, a despeito de um crescimento significativo no período, foram realizadas com estrito cumprimento dos prazos estabelecidos.

Nos seus dez anos de existência, a EPE apresenta pontos de conquistas significativos. Goza de conceito de empresa de alto valor estratégico para o país, atuando, em estreita articulação com o MME, no centro das grandes questões do planejamento energético nacional.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Organização

Estrutura Organizacional



Missão Institucional

Realização de estudos e pesquisas de alto nível de qualidade visando à busca contínua da excelência do planejamento energético.

Visão

Ser a referência do planejamento energético brasileiro.

Valores

- Ética

Em nossas ações, compromissos e relações em geral, consideramos essenciais a transparência, a impessoalidade, a isonomia e a não discriminação como fundamentos para nossa atuação visando um planejamento energético de excelência.

- Iniciativa

Chamar a responsabilidade para si, com pro atividade, buscando superar adversidades e desafios.

- Criatividade

Cultivamos a capacidade de procurar formas alternativas de ver e examinar os fenômenos, procurando soluções inclusive inovadoras para as dificuldades e desafios enfrentados.

- Excelência Técnica

Achamos importante atingir o estado da arte na geração e difusão do conhecimento, fazendo uso das melhores ferramentas e com o maior rigor técnico-científico, sendo reconhecido pelo alto nível de qualidade dos trabalhos elaborados.

- Comprometimento

Alinhamo-nos à missão e visão da empresa, superando obstáculos e encarando os desafios como força motivadora para atingir os resultados esperados.

- Cooperação

Creemos no esforço coletivo para resolver problemas e superar desafios. Achamos importante compartilhar metas e objetivos e cultivar a troca de conhecimentos e experiências.

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Balanço Energético Nacional 2014 – ano base 2013

O Balanço Energético Nacional - BEN contabiliza a oferta, a transformação e o consumo de energia no Brasil, contemplando as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

A EPE, neste ciclo, deu prosseguimento ao aprimoramento dos instrumentos de consolidação das estatísticas energéticas brasileiras, com destaque para a utilização do sistema de cadeias energéticas (CADE).

Como resultados das atividades relacionadas ao Balanço Energético Nacional, em 05/08/2014, antes do prazo previsto, foi publicado o relatório final do BEN 2014 e a sua versão eletrônica está disponível na página da EPE na Internet.

Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2014 – ano base 2013

O Anuário Estatístico de Energia Elétrica é o documento onde são compiladas séries históricas consolidadas sobre oferta e demanda de energia elétrica no país e no exterior. O Anuário amplia as informações que já são trazidas anualmente pelo Balanço Energético Nacional, e consolida aquelas apresentadas na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – ambos os trabalhos produzidos pela EPE.

Pela primeira vez, no ano de 2014, a EPE produziu uma versão bilíngue Português-Inglês do Anuário, com o intuito de proporcionar maior abrangência e facilidade de consulta ao público estrangeiro interessado no acesso aos dados relacionados ao mercado brasileiro de energia elétrica dos últimos cinco anos, com ênfase no ano de 2013 (ano base).

Estudos de Cenários Econômicos Energéticos – Horizonte Decenal

a) Caracterização do cenário macroeconômico para os próximos 10 anos (2015-2024)

Estes estudos detalham elementos conjunturais e estruturais que determinarão as premissas econômicas no horizonte decenal e, em 2014, contemplaram a análise do período entre 2015-2024. A caracterização do cenário macroeconômico subsidia os estudos de demanda e oferta de energia do Plano Decenal de Energia respectivo.

b) Projeção da Demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2015-2024)

Essa projeção de demanda é publicada anualmente em dezembro do ano em curso e, em 2014 o estudo publicado contemplou a análise do período entre 2015-2024. Estes resultados subsidiam atualizações e revisões do Plano Decenal de Expansão de Energia, sendo utilizado pelo ONS, como referência de projeção da carga, para o Plano Anual da Operação Energética (PEN) relativo ao período 2015-2019.

Plano Decenal de Expansão de Energia

Durante o ano de 2014, a EPE finalizou a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2023, referente ao período 2014-2023. Tal Plano foi objeto de Consulta Pública em setembro de 2014, conduzida pelo MME. As contribuições dos diversos agentes setoriais recebidas nesse processo de consulta foram analisadas e, quando pertinentes, incorporadas no documento final ou destacadas para consideração nos ciclos seguintes dos estudos de planejamento da expansão. A aprovação final deste Plano pelo MME ocorreu em dezembro de 2014.

Para a análise socioambiental do PDE 2023 foram consideradas premissas, critérios e procedimentos utilizados no ciclo anterior. A análise socioambiental compreendeu a análise das emissões de gases de efeito estufa, de cada fonte energética e uma análise integrada.

Os estudos que subsidiaram o PDE contaram com o apoio do MME e a estreita colaboração de diversas empresas do setor energético, de forma a possibilitar que a abrangência do planejamento no horizonte decenal incorporasse uma visão integrada do setor.

Paralelamente à finalização do PDE 2023, a EPE iniciou a elaboração do PDE 2024, abrangendo o período 2015-2024. Parte destes estudos foi concluída, encontrando-se em fase de validação os estudos referentes à expansão da oferta de energia e a consolidação da matriz energética brasileira para os próximos dez anos.

Estudos de Apoio aos Leilões de Contratação de Energia

Análise dos Projetos

As atividades realizadas compreenderam: o cadastramento dos empreendimentos de geração de energia elétrica interessados em participação dos leilões; a análise dos documentos de cada projeto e dos requisitos essenciais à participação nos leilões; emissão da Habilitação ou Qualificação Técnica dos empreendimentos; o estabelecimento de parâmetros para o edital da licitação, com destaque para os cálculos de garantia física dos empreendimentos e estudos para subsidiar o MME na definição dos preços de referência de cada leilão, dentre outras atividades. No caso dos empreendimentos eólicos (leilões “A-3”, “A-5” e “LER”/2014), foi realizado ainda um extenso trabalho de identificação e notificação de interferências aerodinâmicas entre parques.

Nas Portarias de diretrizes dos dois leilões de energia existente (Leilão “A” e “A-1”), o MME estabeleceu a necessidade de análise técnica, por parte da EPE, e aprovação prévia dos empreendimentos termelétricos para participação nos referidos leilões, criando, assim, a necessidade de a EPE estabelecer critérios específicos para análise e a emissão de documento de aprovação, denominado Qualificação Técnica, que se difere de uma Habilitação Técnica justamente por não abranger aspectos tais como licença ambiental, Parecer de Acesso e comprovação do direito de usar e dispor das áreas destinadas à implantação das usinas, cuja avaliação é desnecessária por se tratar de empreendimentos já existentes.

Destaca-se, especificamente para o LER/2014:

- A comercialização, pela primeira vez, em produto específico, de usinas de fonte solar fotovoltaica, resultando em contratação de 31 projetos somando 202,3 MW médios de Garantia Física, a um preço médio de 215,53 R\$/MWh. A EPE trabalhou para subsidiar o MME na

formatação das regras do contrato, especialmente quanto à forma e os parâmetros para contabilização da energia gerada pelos empreendimentos; e

- A inclusão, em 2014, pela primeira vez, de um produto destinado exclusivamente à comercialização de energia proveniente de termelétrica a biomassa composta de resíduos sólidos urbanos e/ou biogás de aterro sanitário ou biodigestores, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Para a participação destes empreendimentos, a EPE desenvolveu, em parceria com a GIZ, uma metodologia de trabalho específica para a fonte, ainda em fase de detalhamento.

Ressalta-se, especificamente para o Leilão “A-5” de 2014 e para o Leilão da UHE São Luiz do Tapajós:

- O processo de análise e habilitação técnica para usinas hidrelétricas acima de 50 MW compreende, além da análise técnica dos Estudos de Viabilidade da usina, uma avaliação orçamentária e dos quantitativos dos projetos, promovendo também otimizações quando cabíveis, visando à definição dos preços de referência dos empreendimentos e observando o princípio da modicidade tarifária.
- Neste ínterim, foram analisados os projetos referentes às usinas hidrelétricas de Apertados, Ercilândia, Foz do Piquiri, Comissário, Davinópolis, Itaocara I, Telêmaco Borba e São Luiz do Tapajós. Esses trabalhos resultaram em relatórios técnico-orçamentários elaborados pela EPE e submetidos à apreciação do MME, para subsequente atendimento à Instrução Normativa do TCU n° 027/1998.

Em 2014 foram desenvolvidos pela EPE estudos e atividades relacionadas à análise técnica de projetos de geração de energia elétrica, visando, sobretudo, à Habilitação Técnica para participação nos Leilões de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A análise técnica é multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas técnicas da EPE. Estão incluídos no rol de atividades uma avaliação da consistência geral do projeto de engenharia, adequação da Ficha de Dados do empreendimento, avaliação da licença ambiental, da informação de acesso, da comprovação da disponibilidade de combustíveis ou recurso energético (ex.: irradiação solar, vento), da comprovação do direito de usar e dispor da área destinada à implantação do empreendimento, entre outros. Além disso, são realizados estudos energéticos (com cálculos de Garantias Físicas), estudos elétricos (com emissão de Parecer de Acesso para o Leilão A-5).

A seguir estão relacionados os leilões em que houve participação da EPE ao longo de 2014:

- Leilão “A” de 2014, realizado em 25 de abril de 2014, com contrato de suprimento previsto para 1º de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2019, em que coube à EPE a análise de empreendimentos termelétricos existentes para fins de Qualificação Técnica;
- Leilão “A-3” de 2014, realizado em 6 de junho de 2014, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fonte hídrica, eólica, termelétrica a gás natural ou a biomassa, em que coube à EPE a análise dos projetos para fins de Habilitação Técnica;

- Leilão de Reserva de 2014 – “LER”, realizado em 31 de outubro de 2014, com início de suprimento em 1º de outubro de 2017, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fonte eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a biomassa composta de resíduos sólidos urbanos e/ou biogás de aterro sanitário ou biodigestores, em que coube à EPE a análise dos projetos para fins de Habilitação Técnica;
- Leilão “A-5” de 2014, realizado em 28 de novembro de 2014, com início de suprimento e, 1º de janeiro de 2019, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fonte hídrica, eólica, solar fotovoltaica, termelétrica a carvão, gás natural e a biomassa, em que coube à EPE a análise dos projetos para fins de Habilitação Técnica;
- Leilão “A-1” de 2014, realizado em 5 de dezembro de 2014, com início de contrato de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2017 (termelétrica) ou 31 de dezembro de 2019 (demais fontes), em que coube à EPE a análise de empreendimentos termelétricos existentes para fins de Qualificação Técnica;
- Leilão de Compra de Energia Proveniente da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, com data prevista para realização em 15 de dezembro de 2014 e início de suprimento para 1º de julho de 2020. Este leilão foi cancelado pela Portaria MME nº 493/2014; e
- Leilão de Fontes Alternativas “LFA”, de 2015, a ser realizado em 27 de abril de 2015, cujo cadastramento se encerrou em 3 de dezembro de 2014, tendo o processo de análise técnica iniciado ainda no mês de dezembro de 2014. Está previsto início do suprimento em duas datas distintas, a saber: 1º de janeiro de 2016, para fonte termelétrica a biomassa (nova ou existente), e 1º de julho de 2017, para fonte termelétrica a biomassa (nova) ou eólica.

A tabela a seguir sintetiza os dados relativos aos leilões de 2014.

Leilão	Fonte	Projetos Cadastrados		Projetos Habilitados		Projetos Contratados no Leilão			Preço Médio Contratado pelas Distribuidoras (R\$/MWh)
		Qtd.	MW Instalado	Qtd.	MW Instalado	Qtd.	MW Instalado	Qtd. Contratada no ACR (MW Médio)	
A-0 *	Biomassa	21	1.351,5	19	1.256,5	1	12,5	1	268,33
	Gás Natural	9	4.085,5	7	3.395,0	4	2.079,9	574	
	Carvão	3	1.445,3	3	1.445,3				
	Total	33	6.882,3	29	6.096,8	5	2.092,4	575	
A-1 *	Biomassa	18	1.133,6	17	1.129,6				191,99
	Gás Natural	2	364,0	2	364,0	2	364,0	270	
	Total	20	1.497,6	19	1.493,6	2	364,0	270	
A-3	Eólica	494	12.286,3	248	6.158,7	21	551,0	2.656	126,18
	Hidrelétrica	18	713,1	15	653,1	1	417,6	1.296	
	Biomassa	7	269,8	5	197,8				
	Gás Natural	8	3.003,5						
	Total	527	16.272,7	268	7.009,6	22	968,6	3.952	
A-5	Eólica	763	18.759,7	577	14.157,2	36	926,0	4.151	196,11
	Fotovoltaica	225	6.095,4	179	4.883,6				
	Heliotérmica	8	240,0						
	Hidrelétrica	39	1.787,2	27	603,9	3	43,9	237	
	Biomassa	32	1.917,1	21	1.391,8	8	651,0	3.097	
	Gás Natural	39	20.606,7	6	4.141,8	3	3.059,0	16.995	
	Carvão	10	4.490,0	9	3.890,1	1	340,0	2.945	
Total	1.116	53.896,0	819	29.068,4	51	5.019,8	27.425		
LER	Eólica	626	15.355,8	476	11.594,2	31	769,1	3.332	169,82
	Fotovoltaica	400	10.762,7	332	8.890,5	31	889,7	2.021	
	Biogás e RSU	8	151,2	1	20,0				
	Total	1.034	26.269,7	809	20.504,7	62	1.658,8	5.353	
Total:		2.730	-	1.944	-	142	-	37.575	-

* Para estes certames foram analisados pela EPE apenas os empreendimentos termelétricos.

Estudos Energéticos

No âmbito dos leilões para compra de energia de novos aproveitamentos foram realizados cálculos de garantia física para os leilões A-3 e A-5. No leilão A-3 foram calculadas garantias físicas para 15 termelétricas, 2 PCH e 462 eólicas, estes estudos estão documentados nas Notas Técnicas EPE-DEE-RE-068/2014, EPE-DEE-RE-069/2014 e EPE-DEE-RE-070/2014, todas de 14 de maio de 2014. Para o leilão A-5 de 2014, foram calculadas garantias físicas para cinco usinas hidrelétricas: Apertados, Ercilândia, Perdida 2, Telêmaco Borba e Itaocara I, documentadas na Nota Técnica EPE-DEE-RE-135/2014-r0 de 17 de outubro de 2014. Também para o leilão A-5 foram efetuados os cálculos das garantias físicas de 730 usinas eólicas, 450 usinas fotovoltaicas, 8 PCH e 76 empreendimentos termelétricos.

Estudos Elétricos

Além do 6º Leilão de Energia de Reserva – LER foram realizados, no ano de 2014, o 19º e o 20º Leilões de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominados, respectivamente, como Leilão “A-3” e Leilão “A-5”. Dentre as diversas atividades associadas à habilitação técnica dos empreendimentos cadastrados, destacam-se a avaliação das informações referentes aos pontos de conexão cadastrados, a análise da documentação de acesso apresentada e a elaboração das bases de dados para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST. Especificamente no caso do Leilão “A-5”, foi elaborado o relatório EPE-DEE-RE-085/2014-r0, de 10 de junho de 2014, contendo as avaliações técnicas para definição das conexões elétricas dos empreendimentos de geração hidrelétrica de Apertados, Ercilândia e Foz do Piquiri.

Plano de Expansão de Transmissão

Foram desenvolvidos estudos e atividades, a seguir descritos, destinados a subsidiar os leilões de empreendimentos de transmissão:

- Programa de Expansão da Transmissão - PET: compreende a consolidação das Análises e Pareceres Técnicos dos relatórios denominados R1, visando proporcionar ao MME, e aos agentes do setor elétrico, uma visão completa dos empreendimentos recomendados para serem instalados no Sistema Interligado Nacional (SIN) no horizonte de seis anos, inclusive com a estimativa de custos destes empreendimentos, em duas edições anuais – fevereiro e agosto.

- Análise Técnico-Econômica de Alternativas – Relatórios R1: Tais relatórios consolidam os estudos de planejamento da expansão dos sistemas de transmissão regionais e pareceres técnicos relativos a estudos desenvolvidos por terceiros, incluindo a análise socioambiental dos empreendimentos, que visa comparar os aspectos socioambientais das alternativas de transmissão em estudo, de maneira integrada aos demais aspectos técnicos, de forma a demonstrar que estes aspectos não restringem nem oneram significativamente as suas implantações, subsidiando a definição da melhor alternativa de corredor de passagem para as linhas de transmissão e de terrenos para a implantação de novas subestações.

- Estudos de Transmissão: Região Nordeste: Estudo para o escoamento dos montantes de energia eólica contratados e/ou previstos na área leste da região Nordeste, que recomendou a implantação de novas instalações desde o estado do Rio Grande do Norte até a Bahia, conferindo robustez e consequente aumento de confiabilidade ao sistema elétrico da região Nordeste.

Região Norte: Estudo de suprimento elétrico à Santana do Araguaia, que recomendou obras não só para promover a integração da cidade de Santana do Araguaia, no estado do Pará, ao Sistema Interligado Nacional, mas também para solucionar os problemas de atendimento às cargas da região sul do estado do Pará e nordeste do Mato Grosso; Estudo de suprimento elétrico à região de Caxias, no estado do Maranhão, que recomendou obras para proporcionar o suprimento às cargas desta região através da Rede Básica.

Região Sudeste/Centro-Oeste: Estudo dos reforços associados à ampliação da UHE Santo Antonio, que recomendou novas instalações nos sistemas Acre-Rondônia e Mato Grosso para viabilizar o escoamento da energia adicional da usina; Estudo de suprimento elétrico à SE Bandeirantes, em São Paulo, que recomendou novos circuitos subterrâneos, em 345 kV, conferindo confiabilidade diferenciada no suprimento a importantes cargas da Capital; Diagnóstico das subestações de fronteira da área Rio de Janeiro, que definiu a ampliação da capacidade de transformação 500/138 kV da SE Nova Iguaçu e 345/138 kV da SE Venda das Pedras, em função de atualizações de mercado e topologia dos sistemas de distribuição da LIGHT e da AMPLA; Reavaliação da modularização da SE 230/138 kV Anhanguera, uma das principais subestações da Região Metropolitana de Goiânia, que se fez necessária devido à nova configuração do sistema de distribuição local e à substituição de unidades transformadoras com a vida útil esgotada.

Região Sul: Estudo de suprimento elétrico à região de Florianópolis, que recomendou obras para solucionar os problemas locais com uma visão mais estratégica e de confiabilidade diferenciada, por envolver o atendimento a uma ilha e capital de estado; Estudo de suprimento elétrico ao litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, que recomendou obras para o atendimento ao

mercado local dentro dos requisitos qualidade e confiabilidade estabelecidos para o Sistema Interligado Nacional.

Interligações Regionais: Estudo para viabilizar o aumento da capacidade da interligação Nordeste–Sudeste, com a definição de extensa malha de 500 kV que, em conjunto com as instalações recomendadas no estudo da área leste da região Nordeste (referido anteriormente), promoverão a ampliação da capacidade da interligação Nordeste-Sudeste em cerca de 6.000 MW. Como consequência desses estudos, foram consolidados os resultados obtidos nas análises anteriores e determinado o cronograma de obras necessárias a partir do ano 2018, além de registrar características básicas dos equipamentos e das instalações definidas para atender as demandas do sistema, de forma a contribuir com a elaboração do anexo técnico do edital de leilão.

Em 2014 foram realizadas três licitações de outorgas de concessão (leilões 001, 004 e 007/2014), contemplando cerca de 5800 km de linhas de transmissão e 14.700 MVA de subestações em diversos Estados.

Análise Técnico-Econômica e Ambiental de Alternativas - Relatórios R1: Tais relatórios consolidam os estudos de planejamento da expansão dos sistemas de transmissão regionais e pareceres técnicos relativos a estudos desenvolvidos por terceiros, incluindo a análise socioambiental dos empreendimentos, que visa comparar os aspectos socioambientais das alternativas de transmissão em estudo, de maneira integrada aos demais aspectos técnicos, de forma a subsidiar a escolha da melhor alternativa de transmissão, bem como definir a melhor alternativa de corredor de passagem para as linhas de transmissão.

Adicionalmente, a EPE coordenou a elaboração do Relatório R3 (Definição da Diretriz e Análise Socioambiental da LT 800 kV Xingu – Terminal Rio e Instalações Associadas, com participação da Eletrobras Eletronorte e Eletrobras Furnas.

Estudos de Atendimento a Sistemas Isolados

No que se refere aos Sistemas Isolados, por atribuição do Decreto nº 7.246/2010 e da Portaria MME nº 600/2010, a EPE é responsável pela avaliação dos mercados e balanços de energia e demanda, além da análise e habilitação técnica dos Projetos de Referência elaborados pelas distribuidoras, e dos Projetos Alternativos, elaborados por agentes vendedores.

Nesse contexto, a EPE publicou, em 2014, as “Instruções para Elaboração e Apresentação de Projetos Alternativos aos Projetos de Referência” e a revisão das “Instruções para Apresentação do Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados e de Projetos de Referência”.

A EPE recebeu e analisou tecnicamente os Projetos de Referência enviados pelas Distribuidoras com Sistemas Isolados. No decorrer destas análises, foram realizados diversos contatos de modo a orientar a elaboração dos projetos, além da emissão de Pareceres Técnicos, Ofícios e Informes Técnicos, destinados às Distribuidoras, à ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e ao MME.

A EPE finalizou o processo análise, habilitação técnica e proposta de valor máximo do custo total de geração (preço-teto da licitação) de: (i) três Projetos de Referência, contemplando nove sistemas da ELETROBRAS Distribuição Acre; (ii) um Projeto de Referência da ELETROBRAS

Amazonas Energia, abrangendo 33 sistemas; e (iii) um Projeto de Referência das Centrais Elétricas do Pará, para suprimento a 24 sistemas. Adicionalmente, foi analisado tecnicamente um Projeto de Referência da ELETROBRAS Amazonas Energia, contemplando outros 47 sistemas e analisado e habilitado tecnicamente um Projeto Alternativo do Sistema Isolado de Oiapoque-AP.

Destaca-se também o estudo realizado para a integração da cidade de Santana do Araguaia-PA ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Atualmente, esse sistema é atendido exclusivamente por geração térmica local.

No que tange ao “Programa Luz Para Todos” (LpT), a EPE também é responsável pela avaliação e habilitação técnica dos Projetos de Referência elaborados pelas distribuidoras, nos casos de atendimentos feitos por meio de sistemas de geração descentralizada, conforme Portaria MME nº 341/2012. Nesse âmbito, a EPE analisou e habilitou tecnicamente os Projetos de Referência apresentados pela ELETROBRAS Distribuição Acre e pela ELETROBRAS Amazonas Energia. Cabe salientar que para esse último, também foi enviada ao MME a proposta de valor máximo do custo total de geração.

A EPE integra o Grupo de Trabalho para atendimento às regiões remotas dos Sistemas Isolados pelo LpT, composto pelo MME e ELETROBRAS, com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ no âmbito cooperação técnica Brasil/Alemanha, que resultou em alterações no conteúdo técnico do relatório “Especificações dos Projetos de Referência no âmbito do Programa Luz para Todos”. Ainda no LpT, a EPE participou do Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria Executiva do MME, contemplando a avaliação de atendimento às Regiões Remotas dos Sistemas Isolados.

Monitoramento, Acompanhamento e Análise de Mercado de Energia

Como parte do acompanhamento do mercado de energia elétrica a COPAM – Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado, instituída e coordenada pela EPE, realizou reuniões com os agentes dos subsistemas Sul, Norte/Nordeste Sudeste/Centro Oeste e os resultados dos estudos de monitoramento, acompanhamento e análise da demanda de energia estão consolidados em documentos disponíveis na página da EPE na internet (www.epe.gov.br).

Resenhas mensais do acompanhamento do mercado de energia elétrica

Editadas mensalmente, e disponibilizadas no sítio da EPE, as resenhas mensais do mercado de energia elétrica tem por objetivo apresentar as estatísticas e a análise da evolução mensal do mercado de energia elétrica nacional e regional, bem como de indicadores desse mercado, tais como consumo médio e número de consumidores. Objetiva-se a apresentação do mercado de energia elétrica desagregado em regiões geográficas, subsistemas elétricos e Brasil, segundo os seus principais segmentos de consumo. Analisa-se, também, o comportamento de alguns indicadores econômicos que afetam o nível do consumo de energia elétrica, principalmente a produção industrial.

Boletim de Conjuntura Energética

O Boletim apresenta as estatísticas e a análise da evolução trimestral dos principais energéticos em uso do país vis-à-vis o desempenho da economia, contemplando produção, consumo, exportação, importação, preços e tarifas, entre outras informações. Analisa-se o comportamento de indicadores econômicos nacionais e internacionais (como, por exemplo, PIB, produção

industrial, emprego e rendimento, comércio e serviços, agropecuária, comércio exterior, preços de commodities) e a sua relação com a evolução dos energéticos. No ano de 2014 foram produzidos e publicados quatro boletins.

Revisões quadrimestrais da demanda de energia elétrica

Os estudos realizados em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) têm como objetivo a revisão das projeções do mercado de energia elétrica e da carga de energia e de demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN), discriminadas por subsistema elétrico, que servem de base para o planejamento da operação energética.

As revisões das projeções de mercado são baseadas nos estudos de conjuntura econômica e na possível revisão de cenários econômicos e setoriais e, ainda, nas análises de mercado realizadas no âmbito da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (COPAM), da qual participam os diversos agentes setoriais do mercado de energia elétrica. Os resultados são utilizados nos estudos do ONS para o planejamento da operação energética do sistema interligado, tendo impacto na formação dos preços de energia de curto prazo, o chamado preço de liquidação das diferenças, constituindo, portanto, informação fundamental no arranjo institucional do setor elétrico. Habitualmente, são realizadas duas revisões ao longo do ano, uma no primeiro e outra no segundo quadrimestre, salvo a necessidade de realização de uma revisão extraordinária motivada por fatores relevantes que tenham alterado significativamente a trajetória do mercado. As revisões quadrimestrais são disponibilizadas na página da EPE na internet (<http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Forms/AllItems.aspx>).

Base de dados anemométricos e climatológicos (Sistemas AMA)

A base de dados anemométricos e climatológicos é permanente e referencial para estudos sobre a energia eólica e para o desenvolvimento de instrumental técnico voltado ao planejamento, à operação e à integração de parques eólicos ao sistema elétrico nacional.

Em 2014, foram incorporadas ao sistema AMA rotinas de controle de pendências administrativas relacionadas às informações prestadas pelos responsáveis pelos parques eólicos e controle de manutenções emergenciais. Em dezembro de 2014 a EPE já recebia regularmente a cada quinzena, medições efetuadas em 266 parques eólicos.

Além disso, a EPE passou a divulgar em sua página eletrônica, valores médios mensais de cinco variáveis de interesse (temperatura, umidade relativa do ar, velocidade do vento, direção do vento e permanência de velocidade do vento) nos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul.

Foi criado em 2014 também o Boletim Trimestral de Energia Eólica que divulga índices regionais de disponibilidade da energia primária dos ventos (índice de energia) e do potencial de transformação da energia primária em energia elétrica (índice de produção). Objetiva-se, com esses índices, estabelecer séries históricas de energia eólica à semelhança das séries históricas de afluência aos aproveitamentos hidrelétricos, imprescindíveis para estudos energéticos de longo prazo.

Plano Nacional de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT

O Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário 2013-2022 (PEMAT 2022), que tem por objetivo identificar as oportunidades de expansão da malha nacional de gasodutos para futura realização de leilões, foi concluído e colocado em Consulta Pública pelo Ministério de Minas e Energia em meados de fevereiro de 2014. Os estudos que serviram de base, elaborados pela EPE, consideraram aspectos técnicos, econômicos e socioambientais de alternativas para construção de gasodutos no país, levando em conta a oferta e a demanda de gás natural. As contribuições dos diversos agentes setoriais recebidas nesse processo de consulta foram analisadas e, quando pertinentes, incorporadas no documento final ou destacadas para consideração nos ciclos seguintes dos estudos de planejamento da expansão. A aprovação final deste Plano ocorreu em março de 2014, por intermédio da Portaria MME nº 128, de 26 de março de 2014 (DOU de 27 de março de 2014).

Ressalta-se também que, ao longo de 2014, com base no Relatório emitido pela EPE sobre a construção do gasoduto Itaboraí/RJ-Guapimirim/RJ, no âmbito do PEMAT 2022, a ANP conduziu o processo de Chamada Pública para contratação da capacidade de transporte do gasoduto. Tal processo teve seu resultado comunicado pela ANP em final de outubro de 2014 (DOU de 30/10/2014), não tendo havido nenhum tipo de solicitação de alteração do projeto inicialmente recomendado pela EPE ao MME. O processo de licitação para a construção do referido gasoduto, conduzido pela ANP, encontra-se em andamento com previsão para sessão pública de apresentação de proposta em meados de junho de 2015 e de assinatura do contrato de concessão no segundo semestre de 2015.

No âmbito do ciclo de 2024 do PEMAT, a EPE tem empreendido estudos relacionados à avaliação do Requerimento de Provocação de Terceiros protocolizado no MME acerca da construção do Projeto de Gasoduto de Transporte Rio Grande/RS-Triunfo/RS. Em função de pendências na demonstração da fundamentação do gasoduto e diversas alterações na configuração do projeto informadas pelo agente provocador, os estudos realizados pela EPE em 2014 não puderam ser concluídos.

Ainda no ano de 2014 entrou em operação um sistema de coleta atendendo aos critérios estabelecidos pela portaria MME nº 130/2013. Com isso, foi disponibilizado aos agentes da indústria de gás natural um sítio seguro para envio das informações necessárias para os estudos de demanda potencial de gás natural para o PEMAT.

Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

O Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT) tem como objetivo geral a obtenção de uma base de informações georreferenciadas que permita representar zonas, na forma de mapas, sobre a importância relativa das diversas áreas do país. Tal base de informações constitui-se em importante instrumento para o planejamento energético.

Conforme instituído pela Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013, as informações e análises do ZNMT devem ser atualizadas bianualmente, de modo que os avanços decorrentes das atividades exploratórias nas áreas em estudo pela ANP e nas áreas outorgadas possam estar representados nesse instrumento do setor.

Assim, destaque-se o andamento ao longo de 2014 dos estudos de atualização do ZNMT, ano-base 2013, conforme Planejamento Estratégico da Empresa de Pesquisa Energética.

Análise de Conjuntura de Biocombustíveis

O documento, de periodicidade anual, apresenta os fatos mais relevantes referentes aos biocombustíveis, que ocorreram no ano anterior à sua divulgação. Os principais temas abordados são: a oferta e demanda de etanol e sua infraestrutura de produção e transporte, o mercado de biodiesel, a comercialização de bioeletricidade nos leilões de energia, o mercado internacional de biocombustíveis, as expectativas para novos biocombustíveis e as emissões de gases de efeito estufa evitadas pela utilização dessas fontes de energia.

Adicionalmente, na edição 2014, ano base 2013, o documento apresentou uma análise sobre as perspectivas dos custos de produção de etanol.

Evolução dos Custos do Etanol

Com o objetivo de analisar as variáveis mais relevantes para a redução do custo de produção e recuperação da competitividade do etanol, no médio e longo prazos, este documento apresenta fatores endógenos e exógenos que podem afetar diretamente a produtividade da cana e o custo do processo produtivo do biocombustível até 2050, tais como: formação do canavial, produtividade, qualidade da cana, expansão da área plantada, custo do arrendamento, zoneamento agroecológico, mecanização, custo de capital, bioeletricidade, preço ao consumidor final da gasolina, rentabilidade do açúcar, entre outros.

Estudos sobre a capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar no Brasil

Visando fornecer subsídios para as projeções de produção de etanol e açúcar do Brasil, foram realizados estudos para atualizar a capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar do setor sucroalcooleiro do país. Após as pesquisas junto a fontes diversas e contatos com agentes do setor (empresas governamentais, grupos de produtores e consultorias especializadas na área), foi possível, por meio de diversas metodologias combinadas, atualizar e ampliar o Banco de Dados do Setor Sucroenergético, elaborado pela EPE.

Estudos sobre o consumo específico dos veículos leves e motocicletas

Visando fornecer subsídios para as projeções de demanda de gasolina e etanol, realizaram-se estudos para atualizar o consumo específico de combustível em automóveis e comerciais leves, por tipo de motor (gasolina ou flex fuel) e ano de fabricação. As fontes consultadas foram ANFAVEA, FENABRAVE (para licenciamentos), INMETRO, Revista Quatro Rodas, Carros na web, Instituto Folha-Mauá, dentre outros. Os estudos resultaram na criação de um Banco de Dados sobre o consumo específico de veículos leves e de motocicletas.

Estudo sobre a Evolução dos Preços da Gasolina C e do Etanol Hidratado

Este estudo teve como objetivo analisar a formação de preços de gasolina e etanol no Brasil, explicitando os principais acontecimentos ocorridos desde a liberação dos preços dos combustíveis. A primeira fase do estudo, realizada em 2014, apresentou a descrição do processo de formação de preço destes produtos. Numa segunda fase, pretende-se ampliar a discussão e elaborar uma nota técnica a respeito do tema.

Estudos sobre a Geopolítica do Petróleo

Ao longo do ano 2014, foram desenvolvidos estudos sobre geopolítica do petróleo, com destaques para a mudança do marco regulatório mexicano e semelhanças com o caso brasileiro, além do impacto da ocupação do Estado Islâmico sobre a indústria de petróleo no Iraque. Tais estudos reforçaram o conhecimento acerca das recentes mudanças que envolvem o setor de petróleo no mundo, auxiliando, em grande medida, as projeções de preço de petróleo desenvolvidas no âmbito dos planos desenvolvidos na EPE.

Estudos sobre a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis

Na área de exploração e produção foram realizados estudos relacionados às previsões de produção nacional de petróleo e gás natural, evolução de reservas provadas e da R/P¹, previsões de possíveis excedentes de produção e demanda por FPSO's - Floating Production Storage and Offloading.

No setor de gás natural os estudos focaram as projeções de preços, processamento, oferta, balanço, análise da infraestrutura de transporte e mercados internacionais de gás natural.

Em relação ao setor de abastecimento, foram realizados estudos sobre projeções de preços nacionais e internacionais de petróleos e derivados, previsões de demanda de energia pelo setor transporte, análise da evolução do parque nacional de refino e da infraestrutura nacional de transporte de petróleo e derivados, projeções da oferta de derivados de petróleo e balanço de oferta e demanda de derivados.

Plano Nacional de Energia 2050

Durante o ano de 2014, a EPE divulgou Notas Técnicas (“Cenário Econômico” e “Demanda de Energia”) que orientam a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050). Os estudos do PNE 2050 estão sendo conduzidos e desenvolvidos pela EPE, a partir de diretrizes definidas pelo MME.

Neste contexto, ainda serão divulgados os estudos referentes à formulação de cenários de:

- (a) Potencial dos recursos energéticos;
- (b) Oferta de energia elétrica;
- (c) Evolução da oferta de combustíveis;

Estes estudos fornecerão subsídios para a formulação da estratégia para a expansão da oferta de energia, com vistas ao atendimento da demanda, segundo uma perspectiva de longo prazo, considerando o uso integrado e sustentável dos recursos disponíveis.

¹ Relação reserva/produção de petróleo que representa o tempo que as reservas durariam, sem novas descobertas e com o nível de produção em um dado ano.

Estudos de Recursos Energéticos

Estudos para Aproveitamento Energético da Palha de Cana-de-Açúcar

Com o objetivo de subsidiar o Plano Nacional de Energia 2050, foi realizado o estudo *sobre análise do aproveitamento energético da palha de cana-de-açúcar*. Este informe descreve a metodologia utilizada para estimar a oferta de bioeletricidade da cana-de-açúcar vinculada ao aproveitamento energético das palhas e pontas da cana, montante adicional àquele já realizado a partir do bagaço.

No que tange aos estudos relacionados à biomassa, a EPE elaborou estimativa do potencial técnico, econômico e de mercado do aproveitamento energético da biomassa residual (urbana e rural), a partir da identificação da produção de bens e da geração típica de resíduos por atividade, suas características físico-químicas, alternativas técnicas de aproveitamento, investimentos, custos de operação e manutenção (tanto da obtenção de insumos quanto de funcionamento das plantas), eficiência de conversão, produção de rejeitos, atendimento às especificações regulatórias e avaliação dos mercados competitivos (eletricidade, combustível veicular e industrial) nas proximidades da oferta.

Inserção da Geração Fotovoltaica Distribuída no Brasil: Condicionantes e Impactos

Esse estudo teve como objetivo verificar o potencial de geração fotovoltaica distribuída no Brasil e entender quais são os principais aspectos para sua viabilização. Para isso foi realizado um levantamento do potencial, projeção da oferta de geradores fotovoltaicos no horizonte decenal e análise qualitativa e quantitativa dos impactos da penetração dessa oferta no mercado brasileiro.

Estudos de Inventários e Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico-Econômica UHE

Estudos de pré-inventário da bacia do rio Negro

O Diagnóstico Socioambiental e dos Usos Múltiplos da Água da bacia do rio Negro foi concluído no exercício de 2014.

Estudos de inventário da bacia do rio Trombetas

Em 2014 tiveram início os Estudos Socioambientais para inventário hidroelétrico. Ao longo do ano foram desenvolvidas atividades para a realização do Diagnóstico Socioambiental da bacia Hidrográfica do rio Trombetas.

Como parte do diagnóstico socioambiental foram realizados estudos relacionados à indicação de alvos e metas para a conservação da bacia do rio, mapeamento de áreas críticas, objetivando analisar o mapeamento de distribuição dos alvos e as vulnerabilidades ambientais da região, e incursões de campo para a investigação de ictioplâncton, recursos hídricos e limnologia na estação de cheia.

Foi realizada a reunião informativa do estudo de inventário hidrelétrico da bacia do rio Trombetas na comunidade de Cachoeira Porteira, Oriximiná/PA, lideranças quilombolas e indígenas presentes manifestaram que não apoiariam a realização de levantamentos em suas comunidades.

No decorrer de 2014, a EPE empreendeu esforços para a renovação da Autorização AU nº 2329/2013, emitida em 21/06/2013, pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará-SEMA-PA, uma vez que o prazo de validade da autorização é de um ano.

Sem prejuízo da metodologia do Manual de Inventário (MME, 2007), o Diagnóstico Socioambiental continuou sendo elaborado com dados primários da campanha de campo de cheia e dados secundários, tendo previsão de término para maio de 2015.

Foi efetuada a análise da nova base cartográfica realizada para identificar os locais prováveis dos aproveitamentos e estimar as quantidades e os tipos de serviços de campo necessários para o desenvolvimento dos estudos, visando subsidiar a elaboração dos documentos para a contratação, em 2014.

Estudo de viabilidade da UHE Castanheira

A UHE Castanheira, localizada no rio Arinos a 120 km de sua foz no rio Juruena, tem potência instalada de 140 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 100 km², nos municípios de Juara e Novo Horizonte do Norte, no estado de Mato Grosso. A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho nº 1771 de 10/06/2014) e o Termo de Referência visando a elaboração do EIA/RIMA emitido pela Sema/MT.

O Estudo de Impacto Ambiental da usina conta com um Plano de Comunicação do qual faz parte uma homepage e um escritório local para comunicação com os interessados no empreendimento. Três reuniões públicas foram realizadas em janeiro de 2014 com o objetivo de informar à população dos três municípios mais próximos da usina (Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos) o início dos estudos de engenharia e meio ambiente. Foram realizadas ainda em 2014 quatro oficinas, nos mesmos municípios, para as quais foram convidados representantes da sociedade civil e do poder público para a realização do Diagnóstico Participativo. A conclusão dos estudos está prevista para 2015.

Em 2014, dando continuidade aos serviços de engenharia dos estudos de viabilidade, foram concluídos os levantamentos e de estudos básicos. Nessa etapa, foi necessário ampliar o número de campanhas de medição de vazão, com o intuito de melhorar a consistência dos dados hidrológicos disponíveis para os estudos.

Ainda em 2014, teve início a fase de estudos finais, que envolve o detalhamento da alternativa selecionada.

Os parâmetros básicos para dimensionamento do sistema de eclusas foram informados pelo Ministério dos Transportes em dezembro e estão sendo considerados nos Estudos Finais.

Estudo de viabilidade da UHE Bem Querer

A UHE Bem Querer, localizada no rio Branco a 402 km de sua foz, tem potência instalada de 708 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 559 km², nos municípios de Cantá, Boa Vista, Iracema, Mucajaí e Caracarái, no estado de Roraima. A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho nº 4231 de 28/10/2011) e processo de licenciamento ambiental nº 304/2012-01, instaurado junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh).

Em janeiro de 2014, foram realizadas reuniões, entre a equipe da EPE e da coordenação da Femarh para aprimoramento e adequação dos estudos e levantamentos propostos no Termo de Referência – TR para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. O TR, emitido pela Femarh em 17/03/2014, não considerou todas as questões discutidas e necessita de ajustes para sua execução. Não obstante as justificativas apresentadas pela EPE (ofícios e reuniões) e as discussões realizadas com a coordenação da Femarh, esses ajustes ainda não foram realizados.

Em paralelo, ao longo de 2014 foi dada continuidade à realização dos estudos de engenharia relativos ao EVTE da usina.

Durante o ano, foram realizados os levantamentos de campo, a saber: levantamentos hidrométricos, topográficos, batimétricos e investigações geológico-geotécnicas. Todos estes serviços foram concluídos.

A etapa de Estudos Preliminares de eixo/arranjo foi concluída em fevereiro de 2014.

Ainda em fevereiro de 2014, foram solicitadas informações ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a respeito da navegabilidade do rio Branco e sua inclusão nos planos setoriais de transporte aquaviário, e do comboio-tipo para o projeto de transposição de embarcações na UHE Bem Querer. Em resposta, o DNIT encaminhou Ofício informando as condições atuais de navegabilidade e os comboios-tipo atualmente utilizados no Rio Branco.

A etapa de Estudos Básicos e de Alternativas, em que se avaliam os diferentes arranjos e eixos de localização do empreendimento, foi concluída em novembro de 2014.

Ao final de 2014, encontrava-se em desenvolvimento a etapa de Estudos Finais do EVTE, em que é realizado o detalhamento da Alternativa Selecionada.

Estudo de viabilidade da UHE Prainha

A UHE Prainha, localizada a 300 km de sua foz do Rio Aripuanã, tem potência instalada de 796,4 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 263 km², nos municípios de Apuí e Novo Aripuanã, Estado do Amazonas, de acordo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Aripuanã. A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho n° 2143 de 27/06/2012).

Em 2014 foi finalizado o trabalho de campo com o objetivo de fornecer o apoio planialtimétrico necessário para a geração da base cartográfica da região do futuro reservatório e fazer o controle de qualidade da restituição planialtimétrica.

Com o objetivo de dispor de bases cartográficas 1:10000 e 1:2000 mais amplas, que permitirão subsidiar nas próximas etapas, com maior segurança os estudos de remanso, a escolha do nível d'água do reservatório e as possíveis desafetações na região do Parque Nacional Campos Amazônicos, em 2014 foi contratada a ampliação da base cartográfica. Em outubro de 2014 foram finalizados os mapas hipsométricos, as curvas de nível e a base cartográfica da área original do projeto. Em novembro de 2014 foi recebido o relatório final e as ortofotocartas da área original do projeto.

Em função dos resultados dos estudos de cartografia que indicam que o reservatório ultrapassa os limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, foi aberto o processo de licenciamento

no órgão ambiental competente (IBAMA), em junho de 2014. Os estudos socioambientais não foram iniciados, pois há obrigatoriedade de posicionamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sobre a necessidade de desafetação do Parna antes do início dos estudos.

Outros Estudos de Suporte ao Planejamento Energético

Estudo para aferir a capacidade de suporte da bacia aérea da região de Candiota/RS

Por solicitação do MME a EPE tornou-se responsável pela coordenação de estudos e pesquisas para aferir a capacidade de suporte da bacia aérea da região de Candiota/RS receber outras usinas termelétricas a carvão. A necessidade da realização de tal estudo consta na cláusula 12 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 16/08/2013 pelo MME, Ibama, CGTEE e outros. O estudo teve início em 2013 e foi concluído em agosto de 2014, atendendo ao prazo estipulado no TAC, e consistiu na realização de modelagem matemática de dispersão de gases poluentes na atmosfera para a previsão da qualidade do ar da bacia aérea em cenários futuros. O estudo contou com a colaboração das empresas Eletrobras-CGTEE, Eneva Energia e Tractebel Energia.

Ressalte-se que a elaboração do estudo permitiu ao Ibama dar andamento aos processos de licenciamento ambiental de usinas termelétricas planejadas para a região como, por exemplo, as UTEs Seival e Pampa Sul. Essa última teve a licença prévia emitida em novembro de 2014, possibilitando sua participação no leilão de energia nova realizado em dezembro do mesmo ano.

REIDI

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI foi instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, nos quais são estabelecidos incentivos para projetos de obras de infraestrutura em diversos setores, tais como energia, transportes e portos, mediante suspensão de exigência do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre os bens, materiais de construção ou serviços desses projetos com o objetivo de atrair investimentos privados para o setor.

De acordo com as Portarias MME nº 274 e 310, publicadas em 19 de agosto de 2013 e 12 de setembro de 2013, respectivamente, cabe à EPE avaliar a razoabilidade das estimativas dos valores de investimentos dos agentes interessados em aderir ao REIDI.

Para tanto, a EPE verifica se o valor do investimento do projeto está compatível com as suas características técnicas, utilizando como base as informações enviadas pelos empreendedores e o banco de dados da EPE constituído principalmente a partir dos leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos e referências técnicas.

Os resultados das análises são enviados por meio de ofício para a ANEEL ou para o MME, de acordo com o tipo de ambiente de contratação (ACR ou ACL, respectivamente). A EPE recebeu e analisou 57 projetos para avaliação das estimativas destes valores, conforme sintetizado abaixo:

Tipo Empreendimento²	Projetos solicitantes de enquadramento no REIDI em 2014	Ambiente de Contratação Regulada (ACR)	Ambiente de Contratação Livre (ACL)
CGH	7	-	7
EOL	25	22	3
PCH	17	5	12
UHE	2	2	-
UTE	6	2	4
Total	57	31	26

Revisão e Recálculos de Garantia Física de Energia

No ano de 2014 foi realizada a revisão extraordinária de garantia física das seguintes usinas hidroelétricas: Baixo Iguaçu, Corumbá IV, Ferreira Gomes e São Salvador, seguindo a metodologia estabelecida na Portaria MME nº 861/2010. Os estudos técnicos deste processo foram documentados na nota técnica EPE-DEE-RE-183/2014-r0, culminando com a publicação, pelo MME, da Portaria SPDE nº 390, de 22 de dezembro de 2014.

Cabe ainda ressaltar o grande envolvimento da EPE nos estudos de Revisão Ordinária de Garantia Física de Usinas Hidrelétricas que deram origem ao relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs", de 15 de dezembro de 2014, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL e pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE e na publicação da Portaria MME Nº 681, de 30 de dezembro de 2014.

Estudos de Escoamento da Energia de Usinas no rio Tapajós

Visando fornecer subsídio para a definição do sistema de transmissão para escoamento das usinas hidrelétricas da bacia do rio Tapajós que comporão o sistema brasileiro em um horizonte de longo prazo, foram realizados estudos energéticos específicos registrados na Nota Técnica Nº EPE-DEE-RE-156/2014-r0, de 10 de novembro de 2014.

Além disso, foram realizados estudos específicos para avaliar as capacidades de intercâmbio em horizonte de curto e médio prazo, com o diagnóstico das restrições e a indicação de necessidades de ampliação, sobretudo para escoamento do excedente de energia das regiões Norte e Nordeste para Sul e Sudeste. As Notas Técnicas EPE-DEE-RE-139/2014-r0 e EPE-DEE-RE-140/2014-r0, de 27 de outubro de 2014, documentam alguns destes estudos.

Estudos para Definição de Metodologias para o Planejamento Energético

Foi desenvolvida uma metodologia de cálculo da Garantia Física de Potência e implantado um algoritmo. Tal metodologia e os resultados dos testes preliminares foram apresentados ao MME,

² CGH - Central Geradora Hidrelétrica; EOL - Usinas Eolielétricas; PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas; UHE - Usinas Hidrelétricas; UTE - Usinas Termelétricas.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e CEPEL para avaliação e que deverão compor uma proposta definitiva.

Também foram desenvolvidos aperfeiçoamentos metodológicos nos estudos que subsidiam o plano decenal tais como, atendimento à ponta, análise de regularização, análise para dimensionamento de intercâmbios.

ACÇÕES INSTITUCIONAIS

Projeto EPE - IBGE: Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa

Dando continuidade a uma parceria entre a EPE e o IBGE, iniciada em 2013, a EPE colaborou, mais uma vez, com a realização do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa, oferecido pelo IBGE, cujo principal objetivo é qualificar o corpo técnico do IBGE nas habilidades de pesquisa. Para sua 28ª edição, ocorrida em 2014, a EPE propôs, como elemento central da pesquisa piloto realizada durante o curso, o tema “Potencial da Transferência Modal do Transporte Individual para o Transporte Coletivo ou de Massa”.

Projeto META

O Projeto META constitui-se em um projeto de assistência técnica aos setores de energia e mineral, financiado por empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e coordenação geral do MME, responsável pelos repasses de recursos no âmbito do projeto.

Em março de 2013 foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre a União, por intermédio do MME, e a EPE (Termo de Cooperação MME/EPE nº 001/2013).

No que diz respeito à EPE, os recursos do Projeto META estão orçados em R\$ 8.439.518,00 (Fases 1 e 2) e destinam-se à contratação dos serviços técnicos especializados abaixo relacionados:

- Pesquisa do Consumo de Energia no Setor de Serviços: Tem por objetivo a construção de banco de dados consolidado e convertido em tabelas aplicáveis na modelagem para projeção do consumo de energia, em suas diferentes formas (eletricidade e combustíveis), para o setor de serviços no Brasil.
- Análise da Eficiência Energética em Segmentos Industriais Selecionados: O objetivo da contratação é a coleta de dados e informações do parque industrial brasileiro referentes à forma como a energia é utilizada, bem como a especificação de rendimentos, consumos específicos de energia, custos e tecnologias alternativas, entre outros itens, por segmento industrial. Os resultados desta pesquisa de campo subsidiarão os profissionais da EPE na identificação dos potenciais de conservação de energia, bem como, as tecnologias que poderão proporcionar ganhos de eficiência energética.
- Avaliação do Mercado Potencial de Gás Natural na Indústria Brasileira: Tem por objetivo a coleta de dados, bem como a identificação e a caracterização de polos (áreas ou regiões) industriais cujo potencial de consumo de gás natural no horizonte de tempo de interesse justifique a expansão das malhas existentes de suprimento ou a instalação de uma nova malha de transporte.

No ano de 2014, foi contratado o estudo referente à “Pesquisa do Consumo de Energia no Setor de Serviços”, encontrando-se em fase de desenvolvimento. Os estudos referentes à “Análise da Eficiência Energética em Segmentos Industriais Selecionados” e “Avaliação do Mercado

Potencial de Gás Natural na Indústria Brasileira” tiveram seu processo de licitação, baseado em qualidade e custo, suspenso em função de manifestação tardia do Banco Mundial quanto aos critérios adotados na seleção da lista curta das empresas para participar das etapas subsequentes do processo licitatório (a despeito de ter ocorrido consulta prévia pela EPE quanto a esses critérios). Devido a esse fato, durante o restante do ano, as equipes da EPE, MME e Banco Mundial promoveram discussões adicionais de modo a obter convergência dos critérios a serem adotados nesse processo licitatório, previsto para ser retomado em meados de 2015.

Acordo de Cooperação Técnica com Alemanha

Durante o ano de 2014, a EPE deu continuidade à função de coordenação técnica do Programa de Energias Renováveis e Eficiência Energética, voltado ao desenvolvimento de ações de eficiência energética, à implantação de projetos de inovação tecnológica, uso de fontes renováveis para a geração de energia elétrica e apoio às ações de concessionárias em sistemas isolados, além de outros temas de interesse.

No tocante à eficiência energética, iniciou-se projeto conceitual de portal voltado à eficiência energética, contando com apoio de consultoria especializada no assunto.

Com aporte de recursos oriundos do Acordo foi contratado à UFRGS e iniciado em 2014, trabalho de caracterização de fenômenos atmosféricos que afetam simultaneamente os regimes de chuva e de vento, relevante para a inferência de correlações de longo prazo entre as afluências hídricas e a disponibilidade energética dos ventos. O objetivo desse trabalho é possibilitar a realização de estudos visando a modelagem estocástica da geração eólica para inserção nos modelos de planejamento do sistema elétrico.

CONTEXTO CORPORATIVO

Gestão Corporativa

A EPE, por sua natureza estratégica, desenvolve atividades predominantemente pautadas no capital intelectual, devendo, portanto, por meio de um corpo técnico de alta qualificação, garantir, na prestação de seus serviços, as bases teóricas necessárias ao desenvolvimento do setor energético brasileiro.

Conta com um quadro autorizado pelo DEST/MP de 338 empregados (301 providos até 31/12/2014), composto por concursados regidos pelo Plano de Cargos e Salários-PCS (275), cedidos (11) e ocupantes de Cargos Comissionados contratados por livre provimento e exoneração (15).

Desse total, 66 empregados estão alocados na DGC atuando nas áreas de tecnologia da informação e comunicações, orçamentária, financeira e contábil, e recursos logísticos que abrange atividades de administração geral, contratação de bens e serviços, administração de recursos humanos, capacitação e folha de pagamentos.

O ano de 2014, mais uma vez, foi um ano de superação de dificuldades, notadamente orçamentárias, para garantir a continuidade e a qualidade das atividades sob responsabilidade da Diretoria de Gestão Corporativa - DGC, necessárias ao provimento da infraestrutura física e de serviços da Empresa.

Apesar das dificuldades, foi um ano bastante profícuo em razão dos resultados alcançados:

a) Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação que tem por finalidade estabelecer um plano de ação, tático e operacional, na área de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para atingir os objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), assegurando seu alinhamento com os objetivos de negócio da Empresa contidos no Plano Estratégico Institucional (PEI).

A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético nacional. A fim de bem cumprir sua missão, a EPE necessita lidar, diariamente, com os mais variados tipos de informação obtida de diversas fontes como: as empresas geradoras, distribuidoras e consumidoras de energia, as empresas que compõem os vários segmentos da indústria, comércio e serviços, os órgãos da Administração Pública Federal (APF), de natureza direta ou indireta, e também de órgãos públicos estaduais e municipais. Enfim, todas as instituições que fazem parte da cadeia de informações relacionadas ao mercado de energia.

Essas informações servem como entrada em diversos processos de tratamento e gestão e, uma vez processadas, retornam à sociedade na forma de estudos, boletins e balanços, auxiliando no processo de planejamento e tomada de decisão em todas as esferas do poder público e áreas de negócio em geral. Sendo assim, na EPE a informação é insumo básico e produto final. Por isso, todos os cuidados devem ser tomados para que essa informação seja utilizada dentro dos mais fortes princípios de segurança, economicidade, eficiência e legalidade.

Com esse objetivo, a Empresa utiliza um mecanismo de planejamento focado num plano de ação para implantá-lo, de forma a nortear suas ações na área de TI. O Planejamento de TI é um processo gerencial administrativo, de identificação e organização de pessoal, de aplicações e de ferramentas baseadas em TI, que é relevante e imprescindível à instituição na execução de seu plano de negócios e no alcance de seus objetivos institucionais. O planejamento de TI possibilita uma gestão efetiva dos recursos críticos de TI, dentre eles os aplicativos, as informações, a infraestrutura e as pessoas.

b) Em termos de Governança, foram consolidados os novos textos das Normas de Acesso Lógico, de Infraestrutura, de Segurança da Informação, de Gestão de Incidentes de Segurança e de Desenvolvimento de Sistemas, cujo desenvolvimento se deu no âmbito do Sistema Normativo, integrante do Projeto CEDOC.

c) Na área de Infraestrutura Computacional e de Comunicações foi implantado novo ambiente de virtualização - o sistema operacional Windows 2012 R2 - e de banco de dados - gerenciador de banco de dados SQL 2012 - utilizando modernos servidores adquiridos em 2013; treinamento da equipe na ferramenta Sharepoint, para dar suporte ao projeto CEDOC e outras atividades da Empresa; reativação dos programas de manutenção dos softwares ArcGIS, MATLAB, AutoCAD e Totvs;

d) Desenvolvimento de vários sistemas, dos quais destacamos: o sistema RCP, que permitirá o acompanhamento de todos os empreendimentos de geração de energia elétrica, desde a sua participação no leilão, até a sua entrada efetiva em operação; o primeiro módulo do sistema de análise dos Sistemas Isolados, que visa o acompanhamento da demanda de energia e a previsão de integração das localidades que não fazem parte do SIN (Sistema Integrado Nacional), a implantação com sucesso do sistema SAPD, cedido com base no Acordo de Cooperação com o ONS, que consolida as informações recebidas dos agentes do setor, gerando arquivos de entrada de modelos computacionais utilizados no planejamento de expansão da transmissão, fundamentais para os estudos de curto e médio prazo.

e) Acompanhamento e monitoramento da execução do Planejamento Estratégico – ciclo 2013-2015. O balanço geral do primeiro ano de execução do PEI revelou uma resposta bastante positiva da empresa, especialmente em relação àquelas atividades relacionadas aos leilões de aquisição e de transmissão de energia elétrica ocorridos em número recorde em 2013 e cumprindo fielmente todos os prazos estabelecidos. Os projetos que não obtiveram um resultado tão positivo ocorreram principalmente pelo otimismo da Empresa na elaboração das suas metas, que sofreram com restrições orçamentárias, ou porque necessitavam de grande interação com outros órgãos, seja pelo acúmulo de atividades das áreas para responder a demandas não previstas originalmente. Assim, o Planejamento Estratégico da EPE deve ser capaz de assimilar mudanças e avanços ao longo do tempo. Caberá a esse processo endereçar corretamente esses desafios, prover formas de alinhamento das pessoas, principalmente das lideranças quanto às necessidades presentes e futuras da empresa.

f) Projeto CEDOC- Centro de Documentação da EPE

O Projeto CEDOC integra o Planejamento Estratégico da EPE e tem por objetivo o desenvolvimento e a implantação de metodologia de gestão de processos e gestão documental na empresa, com vistas a aumentar a eficiência dos processos de negócio, atendendo, ainda, às orientações dos órgãos de controle. O CEDOC está estruturado em três frentes com implantação total até fevereiro/2016:

- elaboração e implantação do Sistema Normativo;
- implantação da plataforma de Gestão de Processos; e
- criação e implantação da plataforma de Gestão Documental e operação do Centro de Documentação.

Em 2013 foram concluídas as contratações das consultorias para desenvolvimento dos três projetos integrantes do CEDOC, todavia restrições orçamentárias implicaram a suspensão dos serviços a partir de agosto/2013 com retomada somente em dezembro, exigindo a reformulação do cronograma inicialmente estabelecido, todavia a data final de implantação do CEDOC permanece sendo fev/2016.

f.1) Sistema Normativo - o projeto, concluído em dez/2014, tem por objetivo aperfeiçoar a normatização da EPE, e é composto por um conjunto de instrumentos divididos em Políticas, Diretrizes, Normas e Procedimentos. As principais etapas contemplaram a (i) estruturação do Sistema Normativo da EPE; (ii) a elaboração de 07 Políticas e suas respectivas Diretrizes, (iii) o desenvolvimento de 34 Normas e 46 Procedimentos Normativos; (iv) a elaboração do manual do sistema normativo como auxiliar ao processo de divulgação; (v) a realização de sessões de treinamento a todos os colaboradores da EPE enfatizando o funcionamento do Sistema Normativo e o treinamento específico da equipe técnica da EPE coordenadora do Projeto CEDOC para a transferência de conhecimento.

f.2) Gestão Documental – o contrato de consultoria, suspenso em 2013, foi retomado em 2104 e implicou a necessidade de adequação da metodologia de elaboração dos instrumentos de gestão documental. Em 2014 a contratada finalizou o levantamento nas áreas para a elaboração dos procedimentos corporativos e locais e os instrumentos de gestão documental; elaborou a versão preliminar da tabela de temporalidade da área meio; elaborou procedimento corporativo relativo ao Protocolo e iniciou a operação do Protocolo com as atividades de recepção, distribuição e expedição de documentos.

f.3) Gestão de Processos - Após a retomada dos trabalhos a partir do término da suspensão do contrato de implantação da plataforma de gestão de processos em dezembro/2013, o projeto seguiu com a atuação em duas frentes concomitantes: o macro levantamento de processos e a validação do software responsável pela automação dos processos. Em fins de abril a validação do software foi concluída. O macro levantamento de processos, por sua vez, demandou uma reestruturação em sua metodologia, no sentido de incorporar de forma plena não somente as atividades principais executadas pelas áreas da EPE, bem como para que se destinam e seus objetivos. Cumpre destacar que o macro levantamento de processos é uma etapa de importância ímpar no projeto, uma vez que a partir dela é possível identificar os principais processos da organização e priorizá-los para a etapa de mapeamento e automação dos processos. Ao final de 2014, estavam em andamento, em diferentes etapas, trabalhos com os processos de Processar/Reprocessar Folha de

Pagamento, Habilitação Técnica de Projetos para Leilões e Elaborar o Plano Decenal de Energia (PDE);

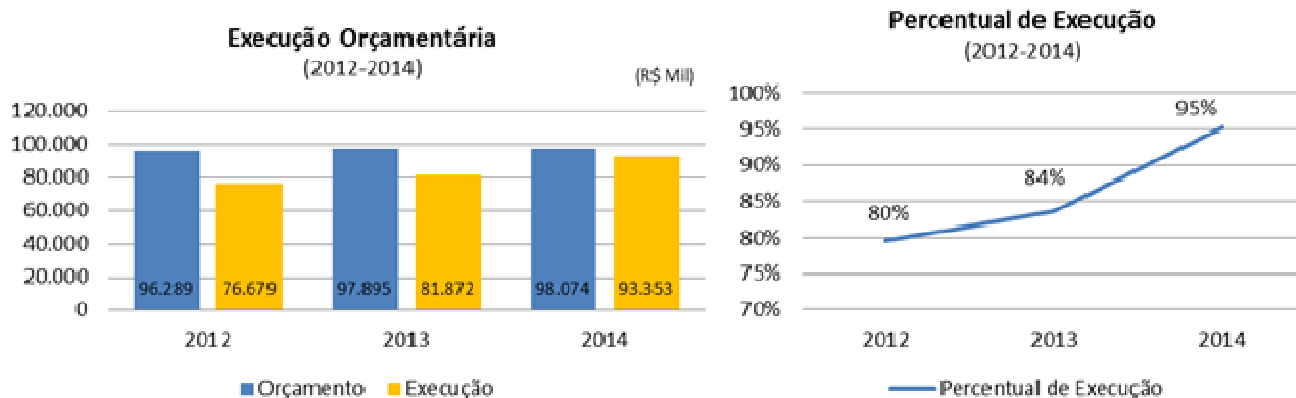
g) Revisão do Plano de Cargos e Salários - A EPE vem, ao longo de sua trajetória, enfrentando alguns períodos críticos para retenção e reposição de seu capital humano, muitos destes decorrentes da competitividade do mercado com a abertura de concursos e realização de convocações por parte de outros órgãos públicos. A atuação das equipes e da alta gestão da Empresa somam esforços para minimizar os impactos decorrentes destas barreiras que a EPE enfrenta. Nessa linha, a revisão do Plano de Cargos e Salários tem por finalidade aprimorar o plano vigente por meio da atualização de sua descrição de cargos, revisão da tabela salarial e da sistemática de evolução funcional dos empregados da Empresa, tornando-o um efetivo instrumento de gestão e de retenção de profissionais capacitados e motivados;

h) Constituição de Comitês Internos - para cumprimento das políticas internas de gestão, a Diretoria Executiva constituiu comitês internos de apoio e assessoramento nas áreas de Planejamento Estratégico, Capacitação, Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Comissão de Ética. São colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria.

i) Plano de Previdência Complementar - administrado pela Fundação Eletrobrás de Previdência Complementar – ELETROS, ao completar cinco anos de sua implantação, conta com 261 participantes vinculados, ou seja, 85,29% dos 306 elegíveis, além de 35 autopatrocinadores. O Plano EPE/Eletros teve um incremento de 33,06% em seu patrimônio, que em dezembro de 2013 era de R\$ 29,6 milhões e ao final de 2014 passou a ser de R\$ 39,4 milhões.

j) Capacitação - a EPE conta com um Comitê de Capacitação formado por representantes de todas as áreas da Empresa, que dentre outras competências, contribui de forma integradora na formulação de diretrizes, análise e proposição das ações de capacitação a serem executadas no exercício, possibilitando, assim, a adoção de estratégias com abrangência institucional. Em 2014, foi iniciado o Programa Corporativo de Gerenciamento de Projetos, estabelecido no Planejamento Estratégico 2012-2015 da Empresa e as ações voltadas para o treinamento e desenvolvimento dos empregados, apesar das restrições orçamentárias, viabilizaram a realização de 111 eventos, que contemplaram 318 empregados, totalizando 1.342 participações gerando um total de 11.434,5 horas de capacitação, com investimentos da ordem de R\$ 288.369,40. Destaca-se, no entanto, que esta ação ficou ainda muito aquém das necessidades de formação e aperfeiçoamento do corpo funcional da EPE, gerando uma lacuna entre a especialização requerida para a atuação profissional e a realização de programas efetivos para propiciar tal qualificação de seu quadro;

k) Execução Orçamentária e Gestão Financeira A EPE teve seu orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.952, de 20 de Janeiro de 2014, com valor final para o exercício de 2014 na ordem R\$ 98 milhões, se mantendo praticamente estável com relação aos exercícios anteriores. Ocorreu, contudo, evolução do percentual de execução de 80% para 95% de 2012 para 2014 em decorrência do aumento das ações de controle e monitoramento das atividades e da execução orçamentária.



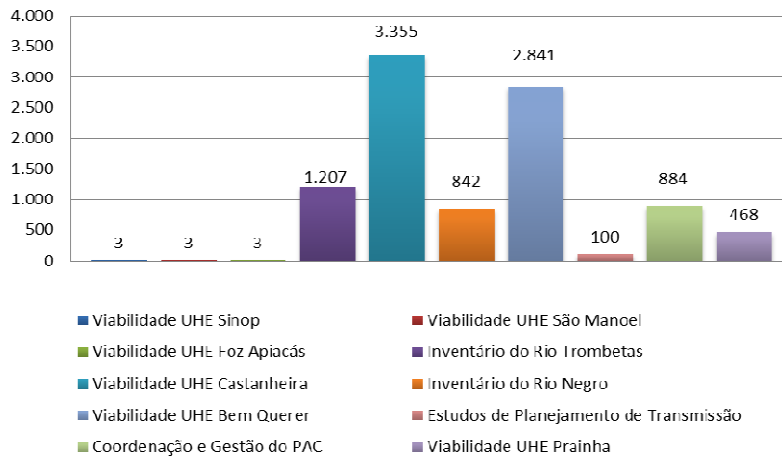
Para execução de suas atividades a EPE utilizou R\$ 91.946 mil de recursos do Tesouro e R\$ 623 mil de recursos próprios, além de destaque orçamentário proveniente de Termo de Cooperação realizado com o MME – Projeto Meta.

Do total executado, 71% foram utilizados para custear despesas de pessoal e benefícios, 18% para despesas de custeio e 10% para atividades relacionadas a empreendimentos do PAC.

Foi definido, por meio do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, limite de empenho que reduziu as despesas discricionárias em aproximadamente 4% e despesas de PAC em aproximadamente 66%. Após gestões com o órgão superior o limite de empenho de PAC foi restabelecido para R\$ 10.357 mil, aproximadamente 80% da dotação destinada ao PAC aprovado na LOA. No fechamento de exercício, o limite final foi de R\$ 9.708 mil, correspondendo 74% em relação a LOA.

As atividades relacionadas ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC visam a realização de estudos para conhecimento do potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas, estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos novos visando ampliação da capacidade de geração de energia elétrica, expansão ou ampliação da malha de gasodutos nacionais e expansão do sistema de transmissão de energia elétrica. Seus recursos orçamentários totais liberados somaram R\$ 9.708 mil, tendo sido executado 99 % desse valor. Suas atividades tiveram a seguinte distribuição:


Execução PAC por empreendimento 2014
(R\$ Mil)



Ressalta-se que, a partir de outubro de 2014, a EPE começou a sofrer restrições no recebimento de recursos financeiros repassados pelo Tesouro, principalmente referentes a projetos do PAC, ocasionando na inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$ 14.523 mil, sendo R\$ 8.905 mil de RP não processados e R\$ 5.618 mil de RP processados.

No exercício 2014, a EPE apresentou um Lucro de R\$ 11.820 mil em função dos ressarcimentos dos custos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico de bacia hidrográfica, de viabilidade técnico-econômica de aproveitamentos hidroelétricos e de impacto ambiental dos empreendimentos leiloados pela ANEEL, ocasionando para a EPE o dever de pagar dividendos ao Tesouro e IRPJ e CSLL.

Demonstrações Financeiras

		
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		
CNPJ 06.977.747/0001-80		
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro		
(em reais)		
	2014	2013
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes (nota 4)	41.349.291	24.087.956
Tributos a Recuperar ou Compensáveis (nota 5)	418.720	3.431.460
Adiantamentos a Empregados	248.162	164.156
Despesas Antecipadas	1.163.154	274.473
Outros Créditos (nota 6)	728.854	694.802
	43.908.181	28.652.847
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos Judiciais (nota 7)	2.544.637	2.365.027
Imobilizado (nota 8)	1.908.576	2.007.541
Intangível (nota 9)	922.234	1.137.235
	5.375.447	5.509.803
TOTAL DO ATIVO	49.283.628	34.162.650
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores Nacionais (nota 13)	4.005.350	2.022.279
Retenções Tributárias	541.717	437.593
Impostos de Renda / CSLL a recolher	134.898	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais (nota 14)	6.894.611	6.128.014
Dividendos Propostos (nota 19)	7.837.776	-
Obrigações com a Cessão de Pessoal (nota 15)	894.227	907.573
Previdência Privada Complementar (nota 11)	850.000	1.024.205
	21.158.581	10.519.664
Não Circulante		
Provisões para Contingências (nota 10)	502.000	2.000
	502.000	2.000
Patrimônio Líquido		
Capital Subscrito (nota 16)	20.544.367	20.544.367
Adiantamento para Futuro Aum.de Capital (nota 17)	6.666.166	6.666.166
Reserva Legal	412.515	-
Prejuízos Acumulados	-	(3.569.546)
	27.623.047	23.640.987
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.283.628	34.162.650



Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado em 31 de dezembro
(em reais)

	2014	2013
RECEITA BRUTA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional (nota 20-a)	86.054.285	79.269.440
RECEITA LÍQUIDA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS	86.054.285	79.269.440
CUSTOS DOS SERVIÇOS		
Remunerações	(28.037.927)	(25.802.896)
Encargos Sociais	(6.854.795)	(6.726.141)
Benefícios	(4.641.153)	(4.388.865)
Materiais	(27.377)	(77.633)
Serviços de Terceiros	(10.535.697)	(7.492.271)
Taxas Municipais e Estaduais	-	(737.285)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(18.787)	(65.100)
Gerais da Administração	(1.413.335)	(1.725.378)
Outros Custos	-	(9.282)
	(51.529.070)	(47.024.851)
LUCRO BRUTO	34.525.215	32.244.589
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Remunerações	(14.897.248)	(14.417.969)
Encargos Sociais	(3.508.742)	(3.866.920)
Benefícios	(2.639.791)	(2.457.290)
Materiais	(116.635)	(118.345)
Serviços de Terceiros	(4.705.589)	(3.536.588)
Taxas Municipais e Estaduais	(194.444)	(4.227)
Provisões para Contingências	(500.000)	94.000
Gerais de Funcionamento das Instalações	(8.492.381)	(8.042.792)
Gerais da Administração	(1.114.180)	(1.177.251)
Receitas (Despesas) Financeiras	797.324	48.027
Outras Receitas (Despesas) operacionais	-	32.036
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL (nota 20-b)	16.188.855	-
	(19.182.831)	(33.447.318)
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	15.342.384	(1.202.729)
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	(3.522.547)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.819.837	(1.202.729)

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**

CNPJ: 06.977.747/0001-80

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

(em reais)

	Capital Social	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	20.544.367	5.650.000		(2.366.817)	23.827.550
Atualiza�o monetária	-	1.016.166	-	-	1.016.166
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(1.202.729)	(1.202.729)
Saldos em 31/12/2013	20.544.367	6.666.166		(3.569.546)	23.640.987
Atualiza�o monetária	-	-	-	-	-
Destina�es do lucro					
Reserva Legal	-	-	412.515	(412.515)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(7.837.776)	(7.837.776)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	11.819.837	11.819.837
Saldos em 31/12/2014	20.544.367	6.666.166	412.515	-	27.623.047

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**

CNPJ: 06.977.747/0001-80

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro

(em reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	(74.234.448)	(80.472.169)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	1.385.910	1.496.485
	(72.848.537)	(78.975.684)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos a recuperar ou compensáveis	3.012.740	(193.060)
Adiantamentos a Empregados	(84.007)	58.447
Despesas antecipadas	(888.681)	(233.746)
Depositos Judiciais	(179.610)	(465.727)
Outros Créditos	(34.051)	(684.318)
	1.826.391	(1.518.404)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores Nacionais	1.983.071	(1.310.218)
Retenções Tributárias	104.125	417.534
Impostos de Renda / CSLL a recolher	134.898	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	766.597	96.815
Obrigações com a Cessão de Pessoal	(13.346)	593.621
Provisões para Contingências	500.000	(94.000)
Previdência Privada Complementar	(174.204)	127.061
	3.301.141	(169.187)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. operacionais	(67.721.006)	(80.663.275)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição (baixa) do imobilizado	(729.805)	(173.891)
Aquisição de intangível	(342.139)	(217.143)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de investimentos	(1.071.944)	(391.034)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	86.054.285	79.269.440
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.016.166
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de financiamentos	86.054.285	80.285.605
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	17.261.335	(768.704)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.087.956	24.856.660
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.349.291	24.087.956

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**

CNPJ: 06.977.747/0001-80

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro

(em reais)

	2014	2013
Receitas	86.054.285	79.286.540
Subsídios Públicos	86.054.285	79.183.362
Outras Receitas	-	103.177
Insumos	16.898.723	13.147.717
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	16.898.723	13.147.717
Valor Adicionado Bruto	69.155.561	66.138.823
Depreciação e Amortização	1.385.910	1.496.913
Valor Adicionado Líquido produzido	67.769.651	64.641.910
Valor Adicionado recebido em transferência	16.990.526	1.200.702
Receitas Financeiras	559.443	1.072.238
Reversão de Custos e Despesas	242.228	128.464
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	16.188.855	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	84.760.177	65.842.612
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	54.623.254	52.381.581
Remuneração Direta	44.551.119	41.806.528
Benefícios	7.280.945	6.846.155
FGTS	2.791.190	3.728.898
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	11.278.259	7.774.916
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	11.094.895	7.601.115
Estaduais (inclui IPVA)	28	729
Municipais	183.336	173.072
Remuneração do capital de terceiros	7.038.827	6.888.844
Juros	2.273	1.041.289
Alugueis	6.513.272	5.824.410
Outras	523.283	23.145
Remuneração dos Capitais próprios	11.819.837	(1.202.729)
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	11.819.837	(1.202.729)
Valor Adicionado Total Distribuído	84.760.177	65.842.612

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O Estatuto Social da EPE foi aprovado pelo Decreto n.º 5.184, de 16 de agosto de 2004.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

A EPE declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que optou pela adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC das Pequenas e Médias Empresas - PME (R1) (NBC T 19.41).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da EPE estão de acordo com o CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Para atender a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o DL nº 200 de 25 de fevereiro de 2007, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando todas as alterações introduzidas nestes dispositivos legais, a EPE vem praticando, a partir de 2008, também a Contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que permite o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

2.1 Base de preparação das principais políticas contábeis

A preparação de Demonstrações Contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da EPE, e também a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa registrados na conta única do Tesouro Nacional.

A partir da migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ocorrida em 2008, os saldos disponíveis em conta bancária junto ao Banco do Brasil, aplicados no Fundo de Renda Fixa BB-Extra mercado FAE, provenientes de recursos gerados pela EPE, foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em conta única, identificados em fonte de recursos próprios e vinculação específica na Unidade Gestora da Empresa.

Também foram alocados na Conta Única como recursos próprios os valores recebidos do MME, relativos aos créditos decorrentes de prestações de serviços realizadas até março de 2008 e liquidados após a migração para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como os valores dos custos de estudos de viabilidade de projetos hidrelétricos e de transmissão reembolsados pelas concessionárias de energia elétrica vencedoras de leilões de energia e de redes de transmissão.

A partir do recolhimento dos recursos próprios para a Conta Única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

2.4 Instrumentos Financeiros Básicos

A EPE não possui instrumentos financeiros.

2.5 Contas a Receber de Clientes

A EPE não possui Contas a Receber de Clientes desde sua migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade, ocorrida em abril de 2008, quando deixou de emitir faturamentos.

2.6 Investimentos em coligadas

A atividade da EPE, definida em seu Estatuto Social, conforme contexto operacional, não contempla participações em empresas coligadas e interligadas.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8 Ativos Intangíveis

Software

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

2.10 Provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza cível, com indicativo de perda provável na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- c) E o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 Passivo Contingente

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de naturezas cíveis, trabalhistas, administrativas e outras, com indicativo de perda possível, porém não provável, na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

Seguindo-se aos critérios estabelecidos na CPC 25 essas ações judiciais foram reconhecidas haja vista existirem elementos suficientes para classificá-las como perdas prováveis. A sua existência somente poderá ser confirmada pela ocorrência de eventos futuros incertos, não totalmente controlados pela EPE.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Privada

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a que a se submete, neles incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na condição de Patrocinadora, celebrou Convênio de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado “Plano EPE”, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV. Para custear o referido Plano a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados, dirigente ou aqueles em exercício de função, denominados Participantes, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
 - 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.
- Por opção do Participante a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também à redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições.

As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

2.13 Reconhecimento da Receita

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de Subsídios Públicos

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

b) Receita Financeira

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de tributos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores e doações recebidas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Os Recursos disponíveis em banco (b) provenientes do Tesouro Nacional, também identificadas por fontes e vinculações, destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início de 2015, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME para janeiro de 2015.

	2014	2013
a - Recursos do Tesouro Nacional	36.422.329	20.405.088
b - Recursos em Bancos	4.926.962	3.682.868
Total	41.349.291	24.087.956

5. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

- ISS a Recuperar: Retenções a serem compensadas com recolhimentos futuros;
- IRPJ a Compensar: Saldo negativo de 2010, 2011, 2012 e 2013 configurado na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ;
- CSLL a Compensar: Saldo negativo de 2010, 2011, 2012 e 2013 configurado na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ;
- PIS COFINS a recuperar: retenções a serem compensadas em recolhimentos futuros;
- Outras retenções de tributos: Retenção e pagamentos a serem compensados.

	2014	2013
ISS a Recuperar	2.632	2.632
IRPJ a Compensar	341.896	2.487.279
CSLL a Compensar	-	851.976
PASEP a Compensar	13.212	12.334
COFINS a Compensar	60.980	56.925
Outras Retenções e Tributos	-	20.314
Totais	418.720	3.431.460

6. OUTROS CRÉDITOS

O valor registrado a título de Outros Créditos representa contrapartida dos valores cobrados por FURNAS Centrais Elétricas S/A, que é objeto de negociação e discussão entre as partes.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB realizou no exercício de 2009 o Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2009.001203-0, visando o cumprimento das obrigações previdenciárias relativas à remuneração dos segurados empregados e contribuintes individuais.

Ao finalizar o Procedimento Fiscal foi constituído crédito previdenciário e lavrados os autos de infração DECAB nº. 37.200.111-4, 37.200.112-2, 37.200.113-0, 37.200.114-9, 37.200.115-7, 37.200.116-5, 37.200.117-3, e 37.262.717-0, face ao entendimento da SRFB de descumprimentos de obrigações principais e acessórias, imputando à empresa o lançamento de contribuições previdenciárias acrescidas de juros e multas. A decisão da SRFB no processo administrativo tributário foi no sentido de manter o lançamento e tornar definitiva a constituição do crédito tributário.

Em razão de tais fatos, a EPE ingressou na 13ª. Vara Federal de Brasília - DF, ajuizando ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, resultando no Processo nº. 18936-44.2010.01.3400, visando suspender a exigibilidade do crédito tributário de forma a restabelecer a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros até decisão definitiva da demanda judicial.

Por decisão da Justiça Federal da 13ª. Vara de Brasília - DF o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, facultando à EPE o direito de realizar depósito integral do débito controvertido, a fim de gerar de imediato os efeitos legais para suspensão da exigibilidade da cobrança e a garantia do juízo.

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.887.652 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de débito fiscal nº. 18936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010.

A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela remuneração da caderneta de poupança mensal.

	2014	2013
Contribuições Previdenciárias	2.519.475	2.352.202
Outros - Processos trabalhistas	25.162	12.826
Total	2.544.637	2.365.028

8. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Instalações – dez anos

Máquinas e Equipamentos – dez anos

Equipamentos de Informática - cinco anos

Móveis e Utensílios - dez anos

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Totais
Em 31 de dezembro de 2013	250.140	391.487	781.523	584.391	2.007.541
Adições		4.720	669.317	55.769	729.806
(-) Depreciação	(64.372)	(63.900)	(575.878)	(124.621)	(828.771)
Em 31 de dezembro de 2014	185.768	332.307	874.962	515.539	1.908.576

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem s aquisições de licenças de softwares, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 04.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

	Softwares
Em 31 de dezembro de 2013	1.137.235
Adições	342.139
(-) Amortização	(557.140)
Em 31 de dezembro de 2014	922.234

10. AÇÕES JUDICIAIS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

a) Ações com perdas prováveis:

	2014	2013
Cíveis	2.000	2.000
Trabalhistas	500.000	
Total	502.000	2.000

Constituiu-se a Provisão de R\$ 502.000, de demandas judiciais não fiscais com base no parecer da Consultoria Jurídica da EPE, que realizou avaliação como perda provável para as mesmas, conforme abaixo:

Cíveis: Referem-se aos processos 41089-14.2012.4.02.5101 e 43042-75.2007.4.01.3400 em fase de recurso onde a EPE foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

Trabalhista: refere-se ao processo 0000852.08.2011.5.01.0027 no qual é pleiteado pedido de dano moral e nulidade da dispensa sem justa causa com pedido de retorno ao emprego.

Administrativas: pendências junto aos órgãos de arrecadação relacionados indeferimentos de pedidos de compensações de tributos e auto de infração por cobrança de ISS.

Outros: ação renovatória para contrato de locação.

11. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os gastos com a previdência privada complementar relativos à contribuição da Patrocinadora foram de R\$ 2.933.226 em 2014 (R\$ 2.771.108 em 2013).

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º. dia útil do mês subsequente aos descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Descrição	2014	2013
A - Com Contribuições dos Empregados	424.358	510.634
B - Com Contribuições da Patrocinadora	425.642	513.572
	850.000	1.024.206

12. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, no exercício de 2014:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 29.462,25	R\$ 20.155,96 (*)	R\$ 24.858,96
Empregados – Nível Médio	R\$ 3.073,34	R\$ 2.504,85	R\$ 2.658,58
Empregados – Nível Superior	R\$ 23.454,47 (**)	R\$ 9.020,91	R\$10.750,75

(*) Complemento de honorários pagos pela EPE à Dirigente cedido de órgão público: mantém remuneração na origem.

(**) Empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão ou de Função Gratificada. Incluída na remuneração o valor referente diferença entre o valor da remuneração global do Cargo em Comissão ou Função Gratificada para o qual foi designado e a remuneração do cargo efetivo.

13. FORNECEDORES

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, no montante de R\$ 4.055.350 conforme abaixo detalhado:

Vencidos	A Vencer	Total
R\$ 2.003.167	R\$ 2.052.183	R\$ 4.055.350

Os débitos vencidos, no montante de R\$ 1.798.628 (Um milhão, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte oito Reais) não foram pagos até o final do exercício, visto que não foram efetuados os repasses de recursos financeiros correspondentes por parte da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, além do montante de R\$ 204.539 (Duzentos e quatro mil, quinhentos e trinta e nove Reais) que são objetos de contestações junto aos fornecedores.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Os pagamentos das obrigações trabalhistas e sociais, tais como férias e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

	2014	2013
Provisões de férias a pagar	5.626.094	4.975.752
INSS a Recolher	862.377	811.320
FGTS a Recolher	382.734	336.767
Outros	23.406	4.175
Total	6.894.611	6.128.014

15. OBRIGAÇÕES COM A CESSÃO DE PESSOAL

As obrigações apresentadas neste grupo decorrem da cessão de empregados de empresas estatais à EPE. O quadro abaixo demonstra a composição do saldo a pagar em 31/12/2014.

EMPRESA	2014	2013
FURNAS Centrais Elétricas S/A	765.227	726.573
Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS	99.000	115.000
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	30.000	
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS		66.000
Total	894.227	907.573

O considerável saldo, cobrado por FURNAS Centrais Elétricas S/A referem-se à despesas que são objeto de discussão e negociação entre as partes.

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE é de R\$ 20.544.367 totalmente integralizado pela União.

17. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa recebeu no exercício de 2011 R\$ 5.650.000 conforme documentos 2011AP000496, 2011AP000513 e 2011AP000521. Em acordo com mensagem SIAFI 2011/0932037, de 01.07.2011, do GEAAC/CCONT/STN. Em 31 de janeiro de 2012, a Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) e a Coordenação Geral de Participações Societárias (COPAR) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiram Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR, determinando que as transferências de recursos da União para as empresas estatais dependentes fossem efetuadas por meio de Aumento de Capital. A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela taxa SELIC mensal, conforme determina o artigo III, parágrafo 2º do estatuto da EPE.

AFAC	Atualização			Total
	2012	2013	2014	
5.650.000		1.016.166		6.666.166

Em 05 de julho de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, reavaliando os procedimentos contábeis da Nota Conjunta 06 STN/CCONT/COPAR de 31.01.2012, e considerando o teor da Nota COSIT-E nº 15 de 21.01.2013.

Em 05 de julho de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, reavaliando os procedimentos contábeis da Nota Conjunta 06 STN/CCONT/COPAR de 31.01.2012, e considerando o teor da Nota COSIT-E nº 15 de 21.01.2013.

A Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN revogou a Nota Conjunta 06 STN/CCONT/COPAR, de 31.01.2012, e a mensagem SIAFI 2011/0932037, de 01.07.2011, determinando que, somente os valores recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, com a finalidade de subsidiar despesas de investimentos, deveriam ser reconhecidas, as demais devem receber tratamento de subvenções, inclusive sendo tributadas. Dessa forma a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, deverá submeter, no exercício 2015, para aprovação da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal, o reconhecimento dos valores de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, com Receita de Subsídios, gerando inclusive IRPJ e CSLL a recolher e Dividendos a Distribuir.

18. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A EPE apresentou no exercício de 2014 um Lucro de R\$ 11.819.837 (2013 prejuízo de R\$ 1.202.729). O referido resultado decorre principalmente dos ressarcimentos dos custos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico de bacia hidrográfica, de viabilidade técnico-econômica de aproveitamentos hidroelétricos e de impacto ambiental dos empreendimentos leiloados pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, recebidos durante o ano de 2014, no valor de R\$ 16.188.855 e subsídios recebidos para quitação de despesas apropriadas ao resultado em 2014.

19. REMUNERAÇÃO AO AÇIONISTA

O Estatuto Social da EPE, Capítulo IX, artigo 29, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

Em conformidade com a Lei nº. 6.404/76, atualizada com todas as alterações produzidas pelas legislações posteriores e no Capítulo IX do Estatuto Social, a Diretoria Executiva da EPE propõe distribuir integralmente o lucro líquido ajustado do exercício para o Tesouro Nacional, após a absorção do prejuízo acumulado do exercício de 2013.

Tal proposta deverá ser apreciada pelos Conselhos de Administração e Fiscal para posterior encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Lucro líquido do exercício	11.819.837
(-) Absorção do prejuízo acumulado	(3.569.546)
Lucro líquido ajustado	8.250.291
(-) Reserva legal	412.515
Dividendos propostos	7.837.776

20. RECEITA

A composição das receitas:

a) Subsídios Públicos	2014	2013
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	86.054.285	79.269.440
b) Ressarcimento dos Custos dos Estudos		
Leilões ANEEL	16.188.855	-
c) Outras Receitas		
Receita Financeira	532.904	1.089.338
Reversão de custos/despesas	240.228	32.464
Outras Receitas	26.538	0,00
Total	103.042.810	80.391.242

21. CUSTOS E DESPESAS DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:

Natureza das despesas	2014	2013
Remunerações (salários, provisões de férias e 13º)	42.931.011	40.220.865
Previdência Privada Complementar - Eletros	2.933.226	2.771.108
Auxílio Alimentação e Transporte	2.772.106	2.680.447
Auxílio Moradia e Creche	667.277	536.023
Assistência Médica e Odontológica	908.335	795.881
Outros Benefícios	4.164	62.696
Total	50.216.119	47.067.020

22. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI:

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações:

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença	Obs.
Ativo Circulante	43.908.181	44.963.198	(1.055.017)	a
Ativo Não Circulante	5.375.447	2.706.067	2.669.380	b
Passivo Circulante	(21.660.581)	(12.133.014)	9.527.567	c
Patrimônio Líquido	(27.623.047)	(35.536.251)	(7.913.204)	d

- a) As diferenças apuradas no Ativo Circulante são decorrentes, principalmente da utilização de créditos tributários registrados na conta de tributos a compensar, para pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em decorrência da apuração de base positiva de contribuição social sobre lucro líquido e lucro real, no ano de 2014, registradas na contabilidade aplicada ao setor público em janeiro de 2015, bem como os adiantamentos de férias concedidos aos empregados em dezembro de 2014 e reconhecidas como despesa no SIAFI.
- b) As diferenças no Ativo Não Circulante são decorrentes do critério de contabilização no SIAFI para os bens do Ativo Imobilizado, registrados inicialmente como despesa orçamentárias e posteriormente transferidas para compor as contas próprias do Ativo Imobilizado, tendo sido ajustadas em janeiro de 2015.
- c) As diferenças identificadas no Passivo Circulante referem-se às provisões feitas nas contas de fornecedores, e dividendos a pagar relativas à competência dezembro de 2014, registrados na contabilidade societária em dezembro de 2014 e no SIAFI em janeiro de 2015.
- d) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas aos critérios utilizados na contabilidade aplicada ao setor público, citados nos itens (a), (b) e (c), principalmente com tributos apurados sobre o lucro (Contribuição Social e Imposto de Renda), adiantamento de férias, as provisões de fornecedores de materiais e serviços e dividendos a pagar, de bens e serviços destinados ao ativo imobilizado e reconhecidos como despesas, registrados na contabilidade societária em dezembro de 2014 e na contabilidade aplicada ao setor público em janeiro de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE
RIO DE JANEIRO - RJ**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE**, que compreendem o Balanço Patrimonial do exercício findo de 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis da entidade.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas.

Ênfase

Evidenciamos que o último inventário físico foi realizado em 2010. Destacamos que está sendo realizado um novo inventário e que o prazo previsto para término era 30/01/2015, conforme Portaria DGC nº 001/2015 de 05/01/2015. Ressaltamos que até a data de emissão deste relatório o inventário patrimonial não foi apresentado. Isto posto, enfatizamos possíveis ajustes nos saldos das contas do imobilizado não estão contemplados no saldo de R\$ 1.908.576,08 apresentado em 31/12/2014.

No exercício de 2015 a empresa realizará levantamento dos valores contabilizados na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, a fim de identificar e segregar, os valores referentes a subvenções para investimentos e os valores de subvenções para custeio, e realizar os devidos ajustes contábeis, gerando IRPJ e CSLL a recolher e dividendos a distribuir, bem como tem a propositura de submeter o assunto para aprovação da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Enfatizamos que não temos como mensurar o impacto desses ajustes nas contas patrimoniais e de resultado da empresa, o assunto está retratado na nota explicativa de nº 17.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, RJ, 02 de fevereiro de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S - EPP
CRC-RS 5460 “S” - RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC-RS - 71.505/O-3 – “S” - RJ
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC-RS 65.932/O-7 – “S” – RJ
Responsável Técnica

MANIFESTAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPE – EXERCÍCIO 2014

Ao

Conselho de Administração

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

A Unidade de Auditoria Interna da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, consoante disposição contida no inciso VIII do art. 16 do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 5.184, de 16/08/2004, com observância das atribuições fixadas no art. 15 do Decreto no 3.591, de 6/9/2000, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos nsº 4.304, de 16/07/2002, e 4.440, de 25/10/2002, apresenta manifestação sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

2. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade e da Lei das Sociedades por Ações (alterada pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009), e estão constituídas, segundo as disposições do art. 176 da Lei nº 6.404/76, pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado do Exercício, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pela Demonstração do Fluxo de Caixa, pela Demonstração do Valor Adicionado e pelas respectivas Notas Explicativas. A EPE optou pela adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC das Pequenas e Médias Empresas – PME (NBC TG 1000).

3. A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Assim, a empresa vem praticando, desde 2008, também a contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade à Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 2007, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4. Devido a não convergência de todos os critérios contábeis, o Balanço Societário apresenta diferenças quando confrontado com o Balanço extraído do sistema SIAFI. Essas diferenças estão demonstradas na Nota Explicativa de nº 22 que acompanha o Balanço, havendo, entretanto, a necessidade de se homogeneizar o critério de reconhecimento da conta “Depósitos Judiciais”, uma vez que a mesma encontra-se classificada como Ativo Não Circulante no Balanço Patrimonial referente à Lei 6404/76, e como Ativo Circulante no Balanço Patrimonial relativo à Lei 4320/76. A conciliação dos saldos das contas dos Balanços (Lei 6.404/76 x Lei 4.320/64) foi realizada em cumprimento ao determinado no Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União. Embora existam legislações diferentes versando sobre a escrituração contábil, o efeito sobre as receitas é idêntico, uma vez que, tanto no SIAFI, quanto no Balanço Societário, o reconhecimento dos subsídios governamentais tem ocorrido no seu efetivo recebimento. A principal diferença decorre do registro das despesas. Enquanto no Balanço Societário há o registro das obrigações a pagar por ocasião da entrada da Nota Fiscal na empresa, no SIAFI a despesa é reconhecida no momento de sua liquidação, que é feita posteriormente.

5. A EPE apresentou no exercício de 2014, em sua Demonstração do Resultado do Exercício, um Lucro Líquido de R\$ 11.819.837 (Onze milhões, oitocentos e dezenove mil, oitocentos e trinta e sete reais). Conforme divulgação das informações comparativas, em 2013 a empresa havia incorrido em um prejuízo de R\$ 1.202.729 (Um milhão, duzentos e dois mil, setecentos e vinte nove reais).

6. Contribuíram para a formação do Lucro Líquido apurado no período de janeiro a dezembro de 2014 o registro da receita de R\$ 16.188.855 (Dezesseis milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), correspondente ao reembolso dos custos e despesas referentes a leilões da ANEEL – Agência Nacional de Energia, bem como o recebimento da receita de subsídios de R\$ 86.054.284 (Oitenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais), destinada ao pagamento dos custos dos serviços, despesas operacionais, encargos sociais e tributos, apropriados ao resultado em 2014, no valor total de R\$ 90.423.303 (Noventa milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e três reais).

7. Em 2014, o fluxo das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos gerou uma variação dos recursos financeiros no valor de R\$ 17.261.335 (Dezessete milhões, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais) em relação ao exercício de 2013, totalizando R\$ 41.349.291 (Quarenta e um milhões, trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais). Contudo, os valores disponíveis em banco correspondem a R\$ 4.926.962 (Quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil, novecientos e sessenta e dois reais) e destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início de 2015, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME para janeiro de 2015.

8. O Capítulo IX, artigo 29 do Estatuto Social da EPE estabelece a distribuição obrigatória de um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista. No exercício findo em 31/12/2014 a EPE apurou um Lucro Líquido de R\$ 11.819.837 (Onze milhões, oitocentos e dezenove mil, oitocentos e trinta e sete reais), que, após a dedução dos Prejuízos Acumulados de R\$ 3.569.546 (Três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais) e da Reserva Legal de R\$ 412.515 (Quatrocentos e doze mil, quinhentos e quinze reais), resultou em um valor a distribuir correspondente a R\$ 7.837.776 (Sete milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais). A Administração propôs a distribuição integral deste resultado.

9. Em 2011, a EPE recebeu, além dos subsídios públicos, registrados como receita operacional, recursos oriundos do Tesouro Nacional classificados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no montante de R\$ 5.650.000,00, para utilização em atividades de custeio e investimento. Estes recursos foram registrados no Patrimônio Líquido, conforme orientações contidas na nota conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR (Nota Explicativa nº 16), com a finalidade exclusiva de futuramente serem capitalizados. Contudo, a referida Nota foi revogada pela Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN de 05 de julho de 2013, determinando que somente os valores recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC com a finalidade de subsidiar despesas de investimentos deveriam ser reconhecidos. Os demais valores (não destinados a investimento) devem receber tratamento de subvenções, o que inclui sua tributação e distribuição como dividendos. No exercício de 2015 será submetido à aprovação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o reconhecimento dos valores de AFAC como Receita de Subsídios.

10. A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros. Cabe à administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisionar integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como **provável**. O valor das ações judiciais existentes na EPE assim classificadas perfaz R\$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais), que foram devidamente provisionados e referem-se a demandas judiciais cíveis e trabalhistas.

11. Cumpre-nos registrar que a EPE possui, ainda, ações judiciais que foram avaliadas pela Consultoria Jurídica como de perda **possível** (Nota Explicativa nº 9, item “b”), as quais montam R\$ 5.500.434,00 (cinco milhões, quinhentos mil, quatrocentos e trinta e quatro reais). Tais ações não foram reconhecidas e provisionadas haja vista que, segundo os critérios estabelecidos pelo CPC 25 devem ser classificadas como “Passivo Contingente” (*obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade*).

12. Em relação ao controle do Ativo Imobilizado da empresa, verificamos a ausência de inventário desde o ano de 2011. Entretanto constatou-se a iniciativa e mobilização da Administração, tendo sido nomeada Comissão de Inventário com o objetivo de implantar processos periódicos de medição e comprovação dos ativos imobilizados pertencentes à EPE. Até o término de nossas análises o relatório do inventário patrimonial referente ao exercício ainda não havia sido concluído. Assim registramos que o saldo de R\$ 1.908.576 (Um milhão, novecentos e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais), apresentado em 31/12/2014, não incorpora possíveis ajustes nos saldos das contas do imobilizado.

13. Na forma do disposto no § 3º do art. 177 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações contábeis foram auditadas por auditores independentes – Maciel Auditores S/S – que expressaram sua opinião por meio da emissão de relatório, certificando que as referidas demonstrações, no que se refere à posição patrimonial e financeira, do desempenho das operações e dos fluxos de caixa da empresa, em 31 de dezembro de 2014, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

14. Diante do exposto, as Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, relativas ao exercício de 2014, estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2015.

CARLOS ALVES DE SOUZA
Auditor Interno
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

Auditoria Interna

O Planejamento da Auditoria Interna consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU e, posteriormente, à aprovação do Conselho de Administração da Empresa. Nele estão estruturados os projetos de auditoria eleitos para avaliação dos principais processos da EPE, além de projetos destinados ao cumprimento de disposição legal, relativos à obrigatoriedade de emissão de parecer da Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual (PCA-EPE).

A Auditoria Interna procurou, em 2014, na medida da disponibilidade, acompanhar as rotinas operacionais, atuando de forma orientadora na construção dos instrumentos de gestão necessários à adequada instrumentalização das áreas. Registra-se que houve maior dedicação de recursos no apoio ao desenvolvimento das Políticas, Normas e Procedimentos no âmbito do Projeto CEDOC – Centro de Documentação da EPE, na avaliação de processos e no assessoramento à Diretoria Colegiada, em função da estrutura e do papel principal da Auditoria Interna da EPE, que é garantir a observância dos princípios básicos da administração pública, em especial da economicidade e legalidade, sempre atuando de forma proativa.

O assessoramento constante ao processo de tomada de decisão da empresa – Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal – permitiu avaliar que os procedimentos adotados são adequados e buscam garantir a legalidade e economicidade dos atos. Nossos exames não identificaram pontos que comprometessem a gestão das áreas em relação aos contratos e processo examinados no período. Não foram registradas situações de elevado grau de risco, sendo verificadas constatações, em sua maioria, relacionadas a pontos de caráter meramente formal. A Auditoria Interna em todos os trabalhos que realiza observa a adequação às Normas Internas da EPE e às Legislações existentes sobre os assuntos auditados.

Principais pontos positivos identificados no exercício:

- ✓ Aprimoramento dos controles internos existentes;
- ✓ Busca por aprimoramento da instrução dos processos e das normas internas, ressaltando-se o grande esforço despendido neste exercício com o desenvolvimento do Projeto CEDOC; Foram elaboradas e aprovadas 07 Políticas e suas respectivas Diretrizes (em 30/10/2014), elaboradas 33 Normas das quais 12 foram aprovadas, além da elaboração de 46 Procedimentos; foi elaborado o manual do sistema normativo; realizado treinamento de todos os colaboradores da EPE e da equipe coordenadora do Projeto CEDOC para a transferência de conhecimento, e foi inaugurado o serviço de Protocolo da EPE, cuja operação, com as atividades de recepção, distribuição e expedição de documentos foi iniciada em 14/10/2014.

Áreas auditadas: No exercício de 2014 os trabalhos de auditoria abrangeram avaliações no âmbito das seguintes unidades: Superintendências de Recursos Logísticos, de Recursos Financeiros e de Tecnologia da Informação e Comunicações da Diretoria de Gestão Corporativa Superintendência de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos Econômicos-Energéticos e Ambientais e Superintendência de Projetos de Geração da Diretoria de Estudos de Energia Elétrica.

Durante o exercício de 2014 a EPE atendeu a todas as demandas, diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União - CGU.

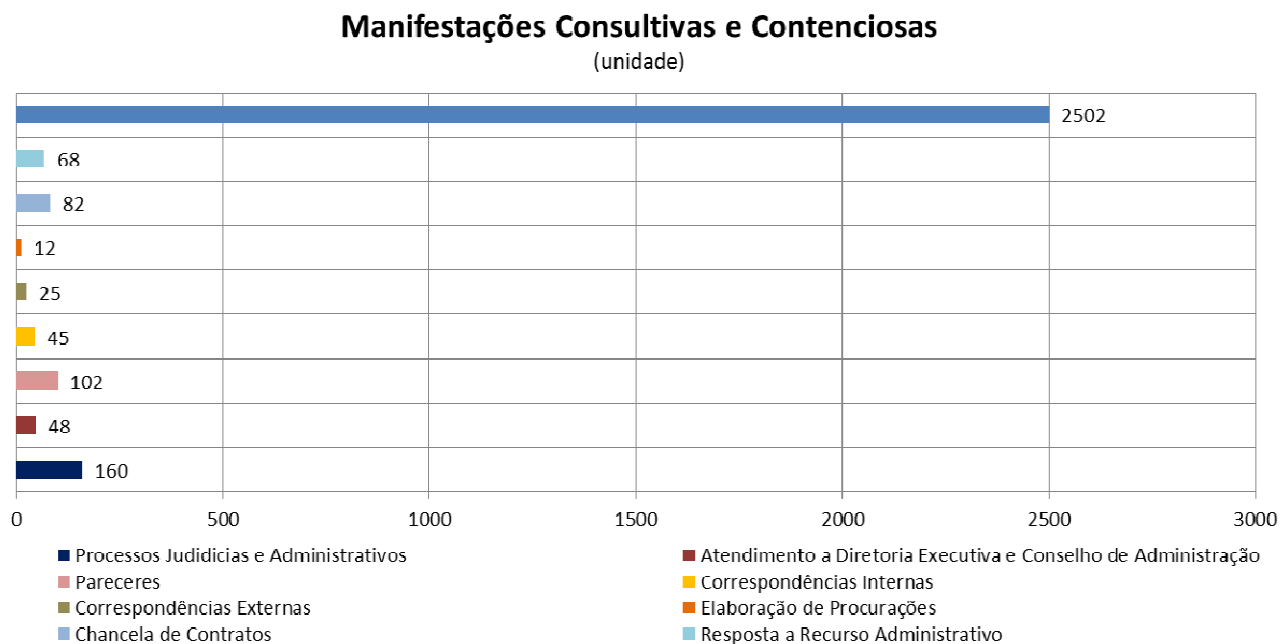
O TCU encaminhou diligências, fez acompanhamento dos leilões em que a EPE atuou como parte tendo em vista suas ações na elaboração do Programa de Expansão da Transmissão e do Plano Decenal de Energia, e outras solicitações de informações em processo em que a EPE é agente, porém não consta como interessada. Todas as solicitações foram devidamente atendidas e respondidas.

A CGU encaminhou solicitações de informações, auditou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAIN'T executado em 2014, examinou a proposta do PAIN'T para 2015, e fez o acompanhamento do Plano de Providências Permanente – PPP da EPE. Todas as solicitações foram devidamente atendidas e respondidas, e os PAIN'T's 2014 e 2015 aprovados, não sendo registradas quaisquer ressalvas pelo citado órgão de controle.

As recomendações emanadas ao longo dos exames foram devidamente adotadas proativamente pelas diversas unidades da Empresa.

Assuntos Jurídicos

As questões legais da Empresa de Pesquisa Energética, a cargo da Consultoria Jurídica foram desempenhadas, durante o exercício de 2014, podem ser sintetizadas na planilha abaixo³:



Destaque especial deve ser feito em relação a grande demanda decorrente dos leilões de energia nova, realizados o ano de 2014, que contou com inúmeros projetos cadastrados, acarretando análises individualizadas quanto à documentação comprobatória do direito de usar e dispor do local para fins de habilitação técnica dos empreendimentos, conforme disposto na Portaria nº 21/2008 do Ministério de Minas e Energia e demais normativos correlatos, consumindo expressivo esforço de toda a equipe jurídica da empresa.

³ Valores aproximados.

EXPECTATIVAS PARA 2015

Ao completar 10 anos, a EPE consolida-se como instituição fundamental no planejamento do Setor Energético brasileiro. Para 2015, miramos o objetivo de aprimorar a gestão e aperfeiçoar os principais instrumentos de gestão. Encerrando em 2015, o primeiro ciclo do Planejamento Estratégico (2012/2015) que permitirá a consolidação das ações voltadas para o atendimento pleno de suas atribuições institucionais – notadamente o apoio aos leilões de expansão do setor elétrico e o acompanhamento dos mercados de energia; o desenvolvimento de estudos para subsidiar o planejamento do setor energético, estudos de inventário das bacias hidrográficas, de viabilidade técnica e econômica e socioambientais dos empreendimentos hidrelétricos e para a melhoria dos processos organizacionais – com destaque para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e as ações e metas dos projetos do CEDOC. Projetamos para 2015 a mobilização da organização e a concentração de esforços no planejamento do próximo ciclo de gestão 2016-2019, alinhando definitivamente o Plano Plurianual - PPA, com o Planejamento Estratégico e planos institucionais, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da EPE, o que permitirá definir as prioridades de cada exercício por meio da Lei de Orçamento Anual – LOA estabelecendo um contínuo diálogo entre planos e orçamento.